

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2020

Aos 29 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte pelas nove horas e trinta minutos no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois das habituais saudações, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

– **Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Toledo Alves • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Carla Cristina Machado Gonçalves • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Décio Manuel Lourenço Santos • Francisco Alberto Barcelos Trovão • Hélio Manuel Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Luís Sanchez dos Santos • José Fraga Ferreira Machado • Marco Paulo Vieira Alves • Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha Lemos • Valdeci Purim.

– **Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

– **Grupo Municipal do Partido Social Democrata:**

Agostinho Guilherme Aguiar Pires • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Délio Francisco Freitas Ormonde Borges • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Manuel Mendes Leal • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Mário José Martins Cardoso • Rómulo de Ficher Correia • Sandra Maria de Sousa Garcia • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

– **Grupo Municipal do CDS-PP:**

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha • Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

– **Câmara Municipal:**

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Francisco José Lopes Câmara • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Paulo Alexandre Silva Lima • Raquel Gomes Caetano Ferreira • Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 27 de abril de 2020 foi aprovada por unanimidade.

Igualmente sem intervenções, a ata da sessão extraordinária do dia 18 de maio de 2020 foi aprovada por unanimidade.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Neste período de Antes da Ordem do Dia é inevitável falarmos da forma como a pandemia da Covid-19 afetou este município durante e após o período de confinamento.

Apesar de já termos abordado o assunto de forma aligeirada na última sessão desta Assembleia que se realizou por videoconferência, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos deixasse aqui um balanço ou um juízo do que tem acontecido no município, quais as consequências para o dia a dia dos municípios e para a atividade económica e empresarial e nos dissesse também que apoios e ajustamentos a Câmara se viu obrigada a conceder para reagir a esta situação.

Gostaríamos de saber o que está a acontecer neste período de desconfinamento e o que se prevê para um futuro próximo, sabendo que a pior situação do país em termos de epidemiologia ocorre na área metropolitana de Lisboa com a qual a ilha Terceira e os Açores comunicam diretamente, tendo o respetivo aeroporto como porta de entrada e saída.

Julgo estarmos cientes de que neste momento podemos viver com alguma tranquilidade por não termos casos ativos na ilha Terceira mas eles poderão chegar com a retoma dos voos, a vinda de turistas e de alguns terceirenses que vivem fora e regressam no verão e também com a rotação anual dos professores antes do início do próximo ano letivo. Sabendo que a porta de entrada é Lisboa, só por uma questão de sorte é que não teremos novos casos de Covid-19 cá na ilha.

O turismo, que estava em crescimento a sustentar a nossa economia e a aproximar-se do setor agrícola, sofreu um duro revés. A grande maioria dos nossos investidores estava a apostar as fichas todas nas mais diversas atividades do setor do turismo, desde logo na área da construção civil, por sinal a mais fustigada pelas diversas crises que têm acontecido.

Gostaria de lhe perguntar, senhor presidente, se o município tem preparado aquele que podemos chamar de plano B e em que medida este período de pausa poderá também permitir que se proceda a infraestruturas e reajustamentos com vista à preparação para o regresso à normalidade, que será necessariamente diferente, porque o vírus andarà por aí durante bastante tempo enquanto não houver uma vacina.

Uma outra preocupação, também ela fruto dos documentos que nos foram fornecidos por esta Assembleia Municipal, tem a ver com a reação imediata à crise através de um conjunto de apoios e facilidades que a Câmara pôde providenciar de acordo com as ferramentas que tinha ao seu alcance, mas a maioria desses apoios não obteve, por parte dos municípios a título pessoal ou empresarial, a adesão que todos esperávamos; digo todos, porque estas medidas foram aprovadas aqui na Assembleia municipal e pela vereação camarária.

O enfoque não se pode esgotar no apoio social, devendo estender-se a uma alavancagem em termos económicos e infraestruturais para que possamos retomar os ciclos de crescimento. Dito isto, volto a perguntar-lhe, senhor presidente, como estão os investimentos dos privados no concelho e qual a reação do nosso tecido empresarial, mais propriamente ao nível das micro e pequenas empresas, aquelas que geram emprego, porque as empresas grandes nem tão pouco existem. Sei que estão a decorrer obras de requalificação na zona dos celeiros onde, suponho,

nascera a McDonalds, e peço-lhe que nos faça o ponto da situação acerca das outras grandes ruínas que já tinham investidores interessados.

Sem perder a boa disposição, parece que é desta vez que o palco «Meneses» da Praça Velha tem empreiteiro para o construir. Sei que é um assunto sério mas com o qual gosto de brincar, uma vez que continua lá o estradozinho de madeira sem Air Center, rampa de foguetões, nem mesmo a estátua do presidente. Como costume dizer, pior do que uma má ideia e uma má obra, é uma obra má que nunca acaba, por isso hei de continuar a rogar pragas àquele palco. Gosto de me divertir um bocadinho com isto mas, já que foi decidido e sufragado assim, ao menos seria bom que aquilo ficasse pronto e chegasse a bom porto.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia a todos. Começo por lhe dizer que há uma razoável expectativa de que em breve teremos palco; no entanto, como isto já falhou tantas vezes, já não me atrevo a fazer prognósticos. As outras questões são muito sérias e terão um profundo impacto sobre as nossas vidas, se calhar por muitos anos.

Esta paragem forçada no último trimestre trará consequências porque esta é uma crise que acontece em todo o mundo e está a afetar os mercados e zonas económicas que têm connosco uma grande relação. Neste momento a situação nos Estados Unidos da América é crítica e verdadeiramente preocupante porque está a afetar seriamente algumas zonas onde vive muita gente de cá que nos costuma visitar e na Europa a situação não é melhor. Há uns avanços aqui e ali mas também alguns valentes retrocessos, sem esquecer a situação de Lisboa que já foi aqui referida.

Tudo isto nos causa uma enorme preocupação. Não quero fazer previsões negativas mas há uma grande probabilidade de termos aqui um grave problema, quer por via das vindas de Lisboa, quer se venham a materializar as oriundas dos Estados Unidos onde existe uma taxa de infeção elevadíssima. Em princípio, a União Europeia tomará amanhã decisões sobre a autorização de voos provenientes dos EUA, uma matéria que poderá ter um efeito profundo sobre o nosso verão se houver uma proibição.

É importante percebermos que temos que manter um elevado grau de prevenção e estar preparados para tomar outras medidas; não sabemos exatamente quais, mas terão que ser as mais adequadas àquilo que eventualmente venha a acontecer. Estamos num verão de verdadeira incerteza e num tempo em que as coisas mudam com tal rapidez que não é possível fazer quaisquer previsões.

Ao longo deste período o município foi assumindo uma posição adaptativa, fazendo o que era possível e as medidas que foram tomadas tiveram algum efeito. Apesar de nos ser difícil avançar com qualquer previsão acerca do que venham a ser os verdadeiros consumos, teremos 300 ou 400 mil euros de créditos concedidos, ainda estamos a receber candidaturas e, provavelmente continuaremos a recebê-las, porque foi decidido em reunião de Câmara que continuaríamos a acompanhar a situação. Estamos em contacto com a Câmara do Comércio e, caso se revele necessário, voltará a haver nova prorrogação de prazo em função dos pedidos que eventualmente venham a acontecer.

Está aqui para votação desta Assembleia a abertura de uma nova linha de apoio relacionada com aquelas IPSS's que envolvem crianças e jovens na sua atividade e estão a passar por algumas dificuldades por via do encerramento das aulas e pelo facto de os pais terem deixado de pagar as mensalidades. Contudo, as coisas não podem ficar por aqui e temos vindo a manter um contacto permanente com a Câmara do Comércio para tentarmos perceber as necessidades do ponto de vista do tecido económico e em que medida poderemos atuar.

É preciso ter também alguma cautela em relação às contas do município. A despesa tem sido muito grande neste período e prevê-se também uma quebra de receita muito acentuada. É preciso não esquecer que uma das principais fontes de financiamento do município é o IMI, que

agora está profundamente ameaçada por razões que não interessa discutir novamente, e a outra grande fonte são os 5% do IRS que sofrerão o reflexo resultante da diminuição do rendimento das famílias. Como dificuldade acrescida, a matéria IRS tem um efeito retardado, ou seja, o orçamento de Estado que foi aprovado garante um determinado nível de transferências para o município, que serão obviamente recebidas neste ano de 2020, mas o Estado acertará as contas e fará as retenções correspondentes àquilo que não forem as receitas deste ano com a agravante de, no ano que vem, a base de previsão vir a ser em função das perdas de rendimento eventualmente verificadas. Isto significa que, provavelmente em 2021, teremos uma dupla penalização porque estaremos a pagar a redução de 2020 e sofreremos já a retenção correspondente a 2021 visto que o Estado acerta sempre as contas no ano imediato.

Esta é uma situação que esta Assembleia deve ter em conta devido às incertezas sobre a evolução financeira do município. Contudo, não vale a pena ficarmos demasiado preocupados neste momento porque entrámos neste ano de 2020 com uma situação financeira razoável, o que nos permite encarar as coisas com alguma segurança. A assunção de compromissos com a despesa deve ser temperada com a realidade que vivemos neste momento, ou seja, uma segura perda de receita fiscal que terá grande peso já no início de 2021.

À semelhança do que foi feito em 2014 e 2015, o município decidiu acelerar os investimentos com um investimento contra ciclo. Resolvemos investir mais nas freguesias e em conjunto com os senhores presidentes de junta estamos a resolver as questões mais urgentes, tentando distribuir o dinheiro por pequenas obras que permitam manter o tecido económico o mais vivo possível.

Verifica-se também neste momento um arrefecimento muito claro nas intenções de investimento na área da edificação e do imobiliário. Numa primeira fase, não sabíamos se tal se devia ao facto de os serviços estarem encerrados mas confirma-se a redução da atividade. Nesta altura, e excetuando aquelas obras que estavam já numa fase muito avançada, verifica-se um claro atraso no que respeita a novas iniciativas. Esta incerteza que todos sentimos traduz-se numa maior prudência por parte dos privados e temos claramente menos investimento na área da construção. Neste ano de 2020 arrancámos com a capacidade dos empreiteiros praticamente esgotada e havia gente em lista de espera devido à incapacidade para se assumir a grande quantidade de obras mas a situação vai inverter-se rapidamente, razão pela qual devemos manter este elevado nível de investimento. A subsídioção pura e simples nunca foi nem será uma boa solução e esta é a melhor forma de a Câmara apoiar a situação económica para se manter a economia, o mais mobilizada possível.

Quanto à evolução do turismo, havia um conjunto de novas ligações aéreas que indiciavam a possibilidade de um rápido crescimento no ano 2020 mas tudo se reduziu praticamente a zero com um enorme peso no investimento porque uma boa parte das obras que estavam programadas tinham a ver com investimentos na área do alojamento local e as coisas estão relativamente paradas.

Existem algumas iniciativas em curso e uma delas é apresentada hoje a esta Assembleia. Trata-se da aquisição de um imóvel no litoral de S. Sebastião que visa um investimento de alguma magnitude e esperamos que se concretize. Há outros investimentos em curso, nomeadamente o hotel dos franceses na Serretinha, cujo promotor já manifestou a intenção de continuar, mas há outros que pararam.

Algumas das grandes ruínas, como aquela que existia na Rua de Jesus, estão a desaparecer. A obra do Centro Interpretativo está no fim, a Cruzeiro está já em funcionamento e uma parte do terreno dos celeiros está em obra. A McDonalds decidiu prosseguir com o seu investimento e espera-se a sua conclusão até ao fim do verão, embora com algum atraso em relação ao que estava inicialmente previsto. As coisas pareciam estar a correr bem com o investimento relativo ao edifício do antigo hospital mas não sei o que vai acontecer porque não tenho informação

atualizada sobre a matéria. Como estamos todos nesta incerteza, também não sei se se materializará a intenção de investimento relativa aos antigos laticínios.

Está na altura de investirmos também na melhoria da nossa visibilidade em termos turísticos, por isso estamos a entrar na fase final da elaboração de um guia específico para a ilha Terceira de uma marca reputada de guias. Vamos continuar a investir também na área dos trilhos e noutras questões relacionadas com o turismo para tornarmos este espaço o mais apetecível possível com vista à retoma que há de acontecer, embora não saibamos bem quando.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Enquanto vamos tentando repor a normalidade necessária, há situações que nada têm a ver com a Covid-19 e necessitam de ser também aqui abordadas como, por exemplo, as obras de saneamento que estão a decorrer em S. Pedro. Ainda bem que os trabalhos começaram por altura da pandemia com pouco trânsito a fluir para a cidade, caso contrário a situação teria sido muito pior.

Sr. presidente da Câmara – Também está a ser mauzinho... Está, está.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Além do «está a ser mauzinho», que é uma questão provisória e temporária, estas obras estão a revelar um outro problema mais profundo que é a falta de alternativas de entrada na cidade pelo lado poente. Há pouco tempo reabriu-se a Rua da Miragaia no sentido ascendente e a partir das 08H30 todo o trânsito afunila pela Canada Nova abaixo, este caminho aqui em frente, por vezes acumulando fila até ao Caminho de Baixo.

Tratando-se de uma obra temporária, a falta de alternativas à entrada do trânsito na cidade é uma questão permanente. No anterior mandato e já com este elenco camarário, falou-se em estudos de trânsito mas o assunto acabou por não ter o devido seguimento e talvez seja altura de se procurar soluções alternativas. A questão da mobilidade terá que ser repensada, independentemente dos meios utilizados, e já se começa a ver alguns modelos de veículos alternativos a circular pela ilha. Gostaria que a Câmara nos informasse se existe algo pensado ou planeado nesse sentido e o que nos pode adiantar acerca dos prazos de conclusão daquela obra, esperando que não fique adiada para daqui a um ou dois anos como está a acontecer com o palco da Praça Velha, por exemplo.

Sr. presidente da Câmara – Vai ser inaugurada antes do palco, não se preocupe.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Reconhecendo a falta de urgência devido à situação atual provocada pela Covid-19, gostaria de obter alguma informação por parte do senhor presidente da Câmara a respeito da instalação dos novos cronómetros do basquetebol no pavilhão municipal.

Sr. presidente da Câmara – A obra de S. Pedro está a decorrer, embora com alguns percalços que se deveram às dificuldades sentidas naquela zona final, dada a presença de outras infraestruturas subterrâneas na passagem de cabos. O assunto está relativamente resolvido e temos a expectativa de vermos a obra pronta no prazo máximo de um mês. Neste momento está a proceder-se à fase final de ligação dos ramais de água para depois se passar à operação de pavimentação com relativa celeridade.

As entradas alternativas na cidade, particularmente por este lado norte, serão questões a levantar dentro de pouco tempo e, uma vez terminado aquele arranjo ali, tencionamos fazer o mesmo na outra entrada pelo Lameirinho. O pavimento está extremamente degradado naquela zona, temos também grandes dificuldades com a rede de águas que tem sofrido sucessivas roturas e é já tempo de se proceder à respetiva substituição. Isto não pode ser tudo feito ao mesmo tempo e vamos criar mais uma restrição à entrada do trânsito na cidade que acontece basicamente em três pontos: por esta via que está agora fechada, pelo Lameirinho e também a leste por S. Bento. Estas são as principais entradas na cidade que deveriam funcionar de forma substitutiva mas os nossos hábitos impedem que tal aconteça e não faz sentido uma pressão tão

grande sobre esta rua aqui quando existe uma outra entrada pelo Lameirinho um quilómetro mais adiante sem uma pressão de trânsito tão grande. Isto acontece porque temos o hábito de seguir sempre as mesmas rotas.

Nesse estudo de trânsito está prevista a criação de uma alternativa que é o prolongamento da Rua da Queimada. A primeira fase com a ligação do troço do posto meteorológico para baixo está concluída e o Governo Regional cedeu-nos o edifício situado no extremo daquela rua que vai ser demolido. O projeto está feito e estamos numa fase de conversações com a Direção Regional da Cultura sobre questões relativas a demolições e abertura de espaços. A obra é relativamente pequena e permitirá criar uma alternativa a esta via com a eliminação deste semáforo que obriga à circulação alternada do trânsito com um tempo de espera muito longo e sem ele a fluidez do trânsito será muito maior. O projeto está feito, os terrenos estão mais ou menos adquiridos, contudo está ainda a decorrer um conjunto de conversações e acertos.

É preciso não esquecer que esta é apenas uma alternativa e o objetivo é investir nas três principais entradas de trânsito na cidade. O lado leste está neste momento com um excelente pavimento e temos a intenção de proceder à reestruturação do Largo de S. Bento, algo que só poderá ser feito quando acabarem as outras obras porque não podemos fechar duas entradas na cidade ao mesmo tempo. Neste momento é mais urgente a reestruturação da entrada pelo lado norte e foi feito um arranjo naquele pavimento até um bocadinho acima da ermida do Desterro, faltando o troço desde aí até à rotunda de S. Rafael, uma obra de grande dimensão que demorará bastante tempo porque envolve a substituição de redes, e temos que fazer tudo isto de forma faseada para evitar demasiadas restrições. Para terminar, informo que a obra aqui em frente está em vias de se resolver.

Sr. d. m. Délio Borges – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados e comunicação social aqui presente.

Procurarei fazer uma rápida intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia, começando por relembrar as duas sessões anteriores da Assembleia Municipal que decorreram em condições muito especiais de forma *online* porque estávamos em quarentena mas foram do agrado de todos. Os serviços da Câmara Municipal de Angra tiveram a feliz iniciativa de transmitir essas duas reuniões através das redes sociais e tive a oportunidade de monitorizar e constatar que chegámos a ser vistos *online* por mais de 150 pessoas. Pergunto ao senhor presidente da Assembleia se, alguma vez durante os seus mandatos, chegou a ter 150 pessoas a assistir às sessões da Assembleia Municipal, mas penso que não.

Relembro uma decisão que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia há quase dois anos sobre a possibilidade da instalação de uma Câmara que permitisse a transmissão *online* destas nossas sessões. Trago o assunto à discussão porque as pessoas acompanharam-nos *online* apesar de, eventualmente, não o terem feito do princípio ao fim. Temos que ter consciência que os tempos mudaram e devemos ir ao encontro das pessoas através desses meios que são as redes sociais.

Peço ao senhor presidente da Assembleia que interceda junto da Câmara Municipal para que as reuniões da Assembleia Municipal possam ser transmitidas *online* porque as duas sessões em «formato quarentena» foram um bom exemplo de que devemos marcar também presença nas redes sociais.

Sr. presidente da Mesa – Devo dizer ao senhor deputado que, ao tomar conhecimento do número de pessoas que nos seguiam pela internet, coloquei essa questão internamente para aferir da possibilidade da transmissão *online* das nossas sessões presenciais. Do ponto de vista teórico é possível mas, na prática, as coisas não parecem ser assim tão fáceis. Todavia, o senhor presidente da Câmara não deixará de equacionar a questão a seu devido tempo.

Lembro que as dezenas de reuniões da Assembleia Municipal que fizemos nas diversas freguesias do concelho sempre tiveram uma participação diminuta do público. Diria até que, no conjunto de todas elas não atingimos o número de pessoas a assistir que tivemos na segunda sessão deste ano que decorreu por videoconferência. A questão está em cima da mesa e a Câmara não deixará de a equacionar, mas o senhor presidente da Câmara poderá pronunciar-se melhor sobre isso.

Sr. presidente da Câmara – A transmissão das reuniões da Assembleia é extremamente simples se for feita *online* já que a imagem está pronta a ser transmitida, o que não acontece nestas circunstâncias em que é preciso alguém para fazer a filmagem integral e transferir o sinal para a rede. Confesso que também fiquei surpreendido com o número de visualizações, o que mostra interesse que assim se faça, mas tudo isso implica uma reorganização destas assembleias também em função do espaço em que as mesmas se realizem. Como se trata de uma matéria com interesse, eu e o senhor presidente da Assembleia vamos esforçar-nos para atingirmos esse objetivo.

Sr. d. m. João Santos – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Gostaria de destacar algumas iniciativas da Câmara que, embora pareçam pouco significativas, na verdade não o são.

Expresso aqui o meu agrado pelo efeito resultante de algumas recomendações que transformaram aquele caminho entre a igreja velha de S. Mateus e a pousada da juventude, num local muito mais aprazível. Sei de fonte segura, senhor presidente, que as mães que utilizam aquela zona para mudarem as fraldas aos seus bebés ficaram bastante agradadas. Com a colocação dos baldes do lixo por parte da junta de freguesia, o local está agora muito mais limpo e agradável para quem o utiliza, principalmente as crianças. Continuo a achar que seria muito mais benéfica uma interdição completa do trânsito àquela zona, no entanto acredito que se estará a fazer o que é possível. É de destacar o investimento que ali foi feito e as atuais condições de limpeza e higiene.

A zona balnear do Fanal foi inaugurada e aberta ao público mas, foi tamanha a chuva de críticas que, por curiosidade, decidi lá ir propositadamente dar um mergulho com a minha filha para poder constatar todos os erros de construção que têm sido apontados àquela obra. Confesso que não consegui identificar nenhum e constatei que, afinal, temos ali mais uma zona de banhos de excelência.

Conheço algumas zonas balneares e de banhos nos Açores, em Portugal continental e algumas pelo mundo - não tão poucas quanto isso - e o Fanal estará ao nível das melhores onde estive. Uma das críticas que, para mim, é uma vantagem - talvez fruto da idade - é o facto de se achar que a zona de banhos do Fanal poderia albergar um maior número de pessoas, mas ainda bem que não porque já não sou grande adepto de ajuntamentos.

Dou os parabéns à Câmara Municipal de Angra por ter criado ali uma zona de banhos absolutamente extraordinária. Apenas identifiquei ali um problema que é comum às nossas zonas balneares e de banhos e tem a ver com o facto de a área banhada pela água se tornar escorregadia. Sei que a situação não é fácil de resolver porque, se fosse ali aplicado um cimento mais áspero que impedisse a criação daqueles limbos, acabaria por magoar os pés a quem o pisasse. Não sei se haverá alguma solução fácil mas nada disso impede que tenhamos ali uma zona balnear excepcional.

Quero destacar também o notório sentido de oportunidade da Câmara Municipal que aproveitou para fazer uma série de obras na cidade logo que foi decretado o confinamento que levou ao encerramento dos serviços públicos e das lojas. Foi intervencionada a zona ao pé dos correios e a própria Praça Velha e o facto dessas obras terem sido feitas em tempo de pandemia facilitou a vida aos angrenses, criando-lhes menos transtornos e rentabilizou-se o tempo.

Foram aqui ditas várias coisas acerca das obras da Silveira e da entrada oeste na cidade, que sempre foi problemática mesmo sem obras por questões de configuração da via e de estacionamento desordenado. O senhor presidente da Câmara referiu que, após as obras de requalificação do Fanal seria dada uma nova configuração à estrada junto àquele estabelecimento na Silveira, por isso gostaria de saber o que está previsto fazer-se ali para impedir o estacionamento, visto que aquele sinal nunca se revelou suficiente e é desrespeitado diariamente.

Não quero desenvolver muito este assunto mas verifica-se, de facto, um problema relativamente a todas as entradas da cidade. Note-se que, ao falarmos de entradas, estamos a falar de trânsito e continuo com dúvidas a respeito da necessidade de tantos carros dentro da cidade. Sei que esta questão das entradas e saídas é pertinente mas continuo a defender a aposta numa solução paralela que já aqui referi por diversas vezes, nomeadamente em relação à circulação dos autocarros grandes no centro de Angra. Acho que devemos apostar mais e de forma mais eficaz na mobilidade em transportes públicos em vez de se permitir um aumento de viaturas na cidade. Há cidades com menos entradas e vias mais apertadas do que as de Angra e sobrevivem bem com mais gente e menos carros, mas gostaria de deixar esta discussão para outra altura mais oportuna.

As obras da Silveira estão a correr bem mas há coisas que deveriam ser melhoradas. Para além dos constrangimentos das próprias obras, às vezes faz-me alguma confusão a falta de respeito das empresas de construção para com os moradores e os cidadãos em geral, visto que tem havido várias queixas relativas a alguns cortes, desarrumação de materiais e, por vezes, até a movimentação de terras sem qualquer tipo de cuidados.

As empresas, principalmente as que realizam obras públicas, deveriam demonstrar um bocadinho mais de respeito pelos moradores das zonas que estão a ser intervencionadas. Como têm o trabalho para fazer, quem quiser que agunte porque as coisas hão de melhorar quando se acabar. Não. Penso que a vida das pessoas poderia ser um pouco mais facilitada se houvesse mais algum respeito e se as obras fossem orientadas de outra forma.

O senhor presidente da Câmara disse que falta aproximadamente um mês para que a obra fique pronta. Pergunto-lhe o que é «obra pronta», se está prevista a reorganização daquela zona da Silveira ou se se pretende apenas repavimentar a estrada tal como está.

Falou-se há pouco da transmissão das sessões da Assembleia Municipal mas não é algo que nunca tenha já acontecido. O senhor presidente sabe que houve uma época em que todas as reuniões de Câmara eram transmitidas em direto e tivemos também transmissões das assembleias. Este é um assunto a considerar porque me parece uma mais-valia para o concelho e para a própria Assembleia Municipal. Há pessoas que não vêm assistir às reuniões por falta de interesse mas haverá certamente muitos que não o farão por falta de disponibilidade ou por dificuldades de deslocação. Se as coisas nos entrarem casa adentro como acontece com a televisão, talvez acabemos por lhes dar mais atenção, o que não faríamos noutras circunstâncias.

Por último e a respeito da Covid-19, continuo a achar que não há quem fale pior de nós, do que nós mesmos. Ainda vamos acabar por pagar uma fatura elevada por termos feito, durante o pico da pandemia, uma campanha do género: «Os Açores estão fechados, não nos visitem. Obrigado pelo interesse mas venham para o ano.» Não estou a criticar mas acontece que andámos algum tempo nisto, até com campanhas concertadas, e haverá consequências porque, quem planeava vir aos Açores, decerto acabou por fazer outros planos.

Faz-me alguma confusão esta diabolização dos continentais ou de quem venha de fora, principalmente quando alguns de nós têm responsabilidades políticas. Bastou o Governo Regional dizer que pagaria os testes à Covid-19 a quem os quisesse fazer no continente antes de

viajar para os Açores, para choverem logo as críticas: «O quê? Sustentar gajos que vêm de férias? Devemos pagar só aos residentes. Os gajos, se quiserem vir, que paguem!»

É altura de percebermos que, quem sustenta o nível de vida que hoje há nos Açores, principalmente em ilhas como S. Miguel e Terceira, não são apenas os açorianos; os restaurantes que foram abrindo contam também com as pessoas que vêm de fora. As unidades hoteleiras não se destinam certamente aos que cá vivem porque esses dormem em casa. Haverá alguns que vão passar uma ou outra noite ao hotel mas isso não chega para o rentabilizar.

Houve uma altura, a propósito da contaminação dos solos na Praia da Vitória, em que, Fukushima e Chernobil talvez fossem mais atrativos do que a ilha Terceira porque falámos daquilo que é nosso de uma tal forma, que ninguém queria cá pôr os pés. Agora andámos a dizer às pessoas nas entrelinhas que não temos interesse em tê-las cá e lhes vamos bater se cá vierem.

Sr. presidente da Câmara – Começando por responder à questão levantada sobre S. Mateus, informo que houve apenas uma autorização de interdição do trânsito por uma questão de movimentação de materiais que, a esta altura já terá terminado, por isso espero que sejam lá repostos os blocos de betão que vedam aquela zona.

Não tenho ouvido críticas em relação à zona de banhos do Fanal, antes pelo contrário, tenho recebido imensos elogios e fico feliz por isso. A vasta maioria das pessoas gosta do local e considera-o espetacular e ainda bem que assim é. É verdade que a presença de algas é desagradável mas isso acontece em todo o lado e é um sinal da boa saúde das nossas águas. As pedras estão ali há menos de um ano e já estão colonizadas por algas, lapas...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Há também algas nas zonas sujas, senhor presidente...

Sr. presidente da Câmara – Não são aquelas. Aquelas são algas vermelhas de zonas limpas. São Rodófitas das melhores.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – São algas bio...

Sr. presidente da Câmara – Exatamente. Daquelas que até se poderiam comer e comem-se nalguns sítios. Por tudo isto, acho que ficamos todos felizes com o que lá está a acontecer. A rugosidade do cimento não resolveria nada porque as algas crescem sobre qualquer superfície, independentemente da sua forma. De vez em quando usamos hipoclorito para as matar mas não o podemos fazer todos os dias. Há um período em que aquilo fica mais escorregadio mas melhora após uma intervenção e a breve trecho será feito um teste de lavagem a alta pressão para aferirmos da sua viabilidade.

No que respeita ao trânsito desordenado na Silveira, após a repavimentação a via será requalificada naquela zona com o prolongamento de mais alguns metros daquela espécie de triângulo rombo que lá existe, tornando a área galgável que vai impedir o estacionamento e se alguém o fizer, bloqueará totalmente a via.

Quanto à circulação do trânsito na cidade, os autocarros grandes terão mesmo que ser retirados. Basta ver o estado em que se transformou o pavimento que foi arranjado há relativamente pouco tempo e é mais ou menos impossível mantê-lo em bom estado com a circulação daqueles autocarros.

O projeto da estação de autocarros a instalar no Bailão está feito e estamos na parte das especialidades. Esta questão dependerá da situação financeira do município, do evoluir das incertezas que atualmente vivemos e também do arranque da obra do mercado que está em vias de ser colocada a concurso e implica um enorme consumo financeiro. Estas coisas têm que ser doseadas de forma a não criar restrições às finanças municipais.

Gostaria também de lembrar esta Assembleia que a Câmara não contraiu qualquer endividamento ao longo dos últimos anos, tem vindo a pagar empréstimos antigos ao ritmo de

1,7 milhões ao ano e todas as obras realizadas até agora têm sido integralmente pagas com recursos atuais. A obra de requalificação da orla costeira do Fanal está totalmente paga, assim como todas as outras, e não fica um centavo para ser pago por gerações futuras. Contudo, para podermos manter esta situação, as obras não poderão começar todas ao mesmo tempo.

Sra. d. m. Brites Cunha – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Acho que hoje toda a gente vai querer falar para poder retirar a máscara por um bocadinho.

Tive oportunidade de elogiar atempadamente a Câmara Municipal a respeito da decisão oportuna do cancelamento das festas Sanjoaninas e é tempo de expressarmos também uma palavra de apreço aos angrenses e aos terceirenses em geral que se portaram lindamente nesta altura. Toda a gente temia que não se resistisse a tentações de grandes aglomerados mas provámos mais uma vez as nossas atitudes cívicas que muita falta fazem noutras paragens e demonstram o sucesso obtido na ilha Terceira com esta primeira vaga da Covid-19.

O senhor presidente da Câmara referiu alguns investimentos nos trilhos, uma matéria que me desperta algum interesse, por isso gostaria de saber quais os procedimentos previstos e se foram concedidas as devidas autorizações, tendo em conta que alguns são subsidiados pela União Europeia e percorrem terrenos privados.

Na sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril que decorreu *online* por videoconferência, o senhor presidente da Câmara informou que tencionava reunir com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, por isso gostaria que nos fizesse um ponto da situação a respeito da atribuição de verbas destinadas à compensação de algumas despesas relacionadas com as corridas de touros que foram canceladas.

Não pretendo reiterar o quanto as obras da zona oeste da cidade na zona de S. Pedro me têm também incomodado todos os dias, mas gostaria de saber por que razão ainda não foi inaugurado o parque de estacionamento da Silveira e se estamos à espera de alguma visita oficial para o efeito.

Sr. presidente da Câmara – A circulação pelos trilhos que percorrem propriedades privadas é feita de acordo com os respetivos proprietários e espero que esse procedimento continue como até agora.

Quanto às questões que dizem respeito à atividade tauromáquica na vertente de praça e a todos os seus intervenientes, a Câmara fez um financiamento de 50 mil euros que já foram pagos e os respetivos participantes fizeram a repartição desta verba entre eles. De fora deste processo ficou para já a empresa que gere a praça, com a qual teremos uma reunião a breve trecho.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhora secretária, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, em especial a senhora deputada Cecília Costa que hoje está de aniversário. Julgo transmitir o sentimento de todos, felicitando-a por este dia e desejando que esta data se repita por muitos e bons anos.

Creio que a situação sanitária que vivemos no nosso concelho determina atualmente toda a nossa vivência e não há ninguém que não seja atingido por tudo isto. Estamos muito longe de qualquer previsão acerca das consequências deste tempo que vivemos e do desfecho de toda esta situação, por isso é muito especulativo, tudo o que aqui possamos dizer. No entanto, congratulo-me com as declarações dos intervenientes que me antecederam, especialmente o senhor presidente da Câmara, quando expressou as suas preocupações a respeito da saúde financeira da Câmara e da condução dos destinos do município em conciliação com outras instituições, nomeadamente com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, o que me inspira alguma tranquilidade e esperança no futuro. Quem não estiver minimamente ligado às

atividades económicas do concelho, da ilha e da região de um modo geral, não tem a noção das reais dificuldades que todos estão a passar neste momento.

Como anunciou o senhor presidente da Câmara, em vez de se adotar políticas de subsidiodependência permanente em relação a estas entidades, deve fazer-se os possíveis para que as mesmas possam desenvolver as suas atividades. Quando atiramos dinheiro para cima dos problemas, desaparece o dinheiro e os problemas mantêm-se, por isso se pede um esforço conjugado a quem dirige a Câmara e a nós que estamos na oposição para irmos ultrapassando estes tempos difíceis que não terão um fim à vista tão cedo quanto desejamos.

Constou-me que a faturação da água do nosso concelho é efetuada no exterior, mais propriamente no Porto. A ser verdade, gostaria de saber porque é que isso acontece, se a situação se vai manter ou se está prevista alguma alteração sobre essa matéria.

Uma outra questão que me foi suscitada pela intervenção do senhor presidente da Câmara tem a ver com o IMI. Tenho ideia de que a legislação relativa à isenção desse imposto nos centros históricos classificados levaria a uma compensação por parte do Estado aos municípios em causa pela falta de cobrança dessa verba. Se assim for, pergunto ao senhor presidente da Câmara se existe alguma expectativa de que o Estado venha a compensar a Câmara Municipal de Angra que é a única na nossa região com um centro histórico classificado como património mundial. Caso não seja possível através do orçamento de Estado, ao menos que provenha do orçamento regional alguma compensação das verbas que o nosso município perdeu e tanta falta nos fazem. Acho que não seria despropositado que a região assumisse também essas perdas de forma solidária pela distinção do nosso município em possuir um centro histórico classificado.

Senhor presidente, parece que a nossa Prainha voltou a poder hastear a sua bandeira azul...

Sr. presidente da Câmara – Qualidade de ouro.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Fico ainda mais satisfeito porque não tinha a perceção de tão elevada distinção. Fiquei contente por lá ver a bandeira azul e pelo facto de as nossas zonas balneares estarem classificadas entre as melhores e gostaria de saber se existe algum regulamento para a utilização destes locais durante esta época de acordo com os condicionalismos decorrentes da situação sanitária em que vivemos.

Sr. presidente da Câmara – A faturação da água foi contratada a uma empresa que, por sua vez, a mandou fazer fora e os resultados foram uma catástrofe porque tudo isto coincidiu com o período de maior desacerto nos correios. Houve faturas que demoraram quarenta dias entre a origem e o destino e a vasta maioria dos clientes recebeu-as já caducadas, o que causou grandes problemas no atendimento, originou milhares de chamadas e foi necessário reemitir milhares de códigos de pagamento. Foi uma lição aprendida, as faturas já estão de novo a ser feitas cá, não existe a intenção de se voltar a fazer isso porque as coisas não poderiam ter corrido pior e espero que o assunto esteja ultrapassado.

Não há qualquer obrigação do orçamento de Estado relativamente à isenção do IMI porque, teoricamente, essa deveria ser uma decisão desta Assembleia e o Estado está a imiscuir-se no assunto sem assumir nenhuma responsabilidade. A legislação que diz respeito aos monumentos nacionais foi pensada para prédios que, na maior parte dos casos, são edifícios públicos e estariam já isentos de IMI pela sua grandeza e pela própria natureza das coisas.

Esta extensão da isenção a toda uma cidade não estava pensada nem foi prevista pelo legislador quando decidiu a respeito deste assunto e nenhuma entidade tem obrigação a respeito de qualquer tipo de compensação pelas perdas daí resultantes. As decisões respeitantes a outras isenções ou reduções do IMI cabem às assembleias municipais que as devem tomar de acordo com a situação concreta do respetivo município. Temos aqui uma disfunção legislativa que nos está a causar este problema e o Estado não assume nada sobre esta matéria, muito menos o Governo Regional.

Não há um regulamento referente às zonas balneares mas sim, um conjunto de instruções emanadas conjuntamente pela Direção Regional da Saúde e pela Direção Geral dos Assuntos do Mar. Essas regras estão a ser seguidas como já devem ter reparado nos sinais de entradas e saídas, na utilização restrita dos chuveiros colocados no exterior, nas instruções de desinfeção e limpeza de casas de banho e outras coisas que tais. São regras extremamente complexas e difíceis mas tudo isso está a ser cumprido. Com a permissão do senhor presidente da Assembleia, peço ao senhor vereador Guido Teles que explique melhor toda essa situação que está a seu cargo.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes membros da Assembleia. Foi publicada uma resolução do Conselho de Governo que define as várias instruções para as entidades gestoras das zonas balneares dos Açores e adaptámos essas regras à nossa realidade. Esse manual previa a colocação de semáforos mas optámos por utilizar apenas sinalética que define a lotação máxima em cada uma das nossas zonas balneares.

As regras exigem uma maior regularidade da limpeza e desinfeção dos chuveiros exteriores e dos balneários. Decidimos proceder a três limpezas e desinfeções diárias a essas estruturas e à proibição do uso de equipamentos recreativos, a menos que sejam desinfetados imediatamente a seguir a cada utilização. Este ano decidimos retirar aquelas plataformas que existiam na Silveira e na Salga porque não seria possível proceder à sua limpeza e desinfeção cada vez que fossem utilizadas.

Houve um maior cuidado na limpeza do areal da Prainha com períodos regulares de desinfeção e definimos a lotação máxima das zonas balneares com o distanciamento de 8 m² entre cada grupo, o que não prejudicou muito o seu funcionamento. Optou-se por adotar uma solução, apelando ao bom senso e à responsabilidade do utilizador com a sinalização e o cumprimento de boas práticas como o distanciamento social entre grupos nos diversos espaços e no espelho de água, a utilização de calçado à entrada e à saída das zonas balneares e de banhos e nas deslocações aos balneários. Tudo foi cumprido e adaptado de acordo com as regras previstas no manual.

Sra. d. m. Sandra Garcia – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Começo também por me congratular com as ações levadas a cabo pela Câmara Municipal e pela forma como se têm comportado os angrenses e os terceirenses de um modo geral.

A minha intervenção vem no seguimento do assunto aqui colocado há pouco pelo senhor deputado João Santos sobre as reclamações relativas à reabertura das ilhas ao tráfego aéreo. Embora esteja contristada com tudo o que se passa no planeta, devo dizer que às vezes fico com pena de não aproveitarmos melhor algumas oportunidades. As coisas valem o que acharmos que valem e temos uma região fabulosa. Vivemos num paraíso mas temos tanto medo que, quase pagamos para que nos visitem. Há pacotes turísticos para hotéis de cinco estrelas a preços quase de graça e os turistas que nos visitam são daqueles que deixam apenas uns troquinhos e não gastam nada. Temos medo de vender uma pérola pelo verdadeiro preço da pérola.

Deveria ser possível impor às pessoas que viessem para cá apenas com testes negativos à Covid-19 pagos por elas próprias porque há quem tenha possibilidades financeiras para visitar e pagar por destinos de luxo. Não vejo um destino que possa ser mais luxuoso do que o nosso com um paraíso em termos paisagísticos e culturais que é duplamente seguro por estar livre de Covid-19 e por ser um dos lugares mais seguros do mundo em termos de terrorismo. Fico com pena que a gente se esteja a vender por tão pouco e a desperdiçar oportunidades mas talvez possamos reavaliar toda a situação se mantivermos as atuais condições de segurança.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, senhores deputados municipais. Começo por me congratular em nome do grupo municipal do Partido Socialista, pela tomada de medidas de apoio por parte da Câmara Municipal em parceria com entidades locais no sentido de minimizar os efeitos económicos e sociais provocados pela Covid-19, o que só tem sido possível devido à favorável situação financeira do município. Temos muito orgulho em pertencer a este concelho que é dirigido por esta gestão camarária.

O grupo parlamentar do PS apresentou há pouco tempo nesta Assembleia, um voto de protesto relativamente à isenção do IMI no centro histórico de Angra do Heroísmo. Se bem me lembro, esta bancada foi a única a votar favoravelmente esse voto, por isso me surpreendem estas novas abordagens a respeito da perda de autonomia por parte desta Assembleia na decisão da aplicação do IMI e lamento o facto de não nos termos unido e perdido a oportunidade de marcar uma posição unânime relativamente a esta questão.

Vivemos numa região e numa ilha bonita com uma natureza rica e um património inigualáveis, o tal paraíso há pouco aqui referido. Os nossos agentes, os cidadãos, as pessoas e as famílias desta terra estão carentes, mas também otimistas e esperançadas que tudo isto volte ao normal com a maior brevidade possível.

A Câmara possui os números referentes aos pedidos de licenciamento de obras e ao passarmos pelas nossas estradas no dia a dia verificamos que há muitas casas em construção ou reabilitação, o que nos transmite alguma esperança. Pelo que vamos ouvindo do cidadão comum, as pessoas mantêm a convicção de que o investimento feito nesta época de confinamento e maior retração poderá ser repostos quando se regressar à normalidade.

Quanto à situação da obra da estrada da Silveira, penso que se deveria passar uma água por toda aquela poeira que forrou as casas com um pó avermelhado. Há tempos estava estacionada na rua quando passou por mim uma carrinha que travou de repente sem se perceber porquê e levantou toda aquela poeira. Deve ter sido um ato de malvadez só porque eu estava ali parada juntamente com muitos outros carros. Como estamos a entrar no verão, se a obra não terminar em pouco tempo, os habitantes daquela zona precisarão de uma atenção redobrada, sobretudo por causa das poeiras.

Em nome da nossa identidade e também do Espírito Santo, gostaria de destacar, entre outras iniciativas, a ideia feliz da Câmara Municipal em ter distribuído o pão e o vinho por altura do primeiro bodo em parceria com os Impérios do nosso concelho. Foi um gesto simbólico com um significado muito forte que mostrou às pessoas que não estavam sozinhas, fazendo-as sentirem-se acarinhadas. Esta é uma das provas de que, por vezes, um pequeno gesto faz toda a diferença e esta distribuição do pão por altura do bodo foi o testemunho de uma enorme capacidade de observação e preocupação pelo próximo. Quero felicitar a Câmara Municipal por esta simbólica, mas muito importante iniciativa para com as pessoas da nossa terra.

Sr. presidente da Câmara – Em nome da Câmara Municipal, agradeço as observações da senhora deputada Isabel Berbereia. No que toca à obra da Silveira, lembro que a aplicação de água para atenuar o levantamento de poeira é uma obrigação do empreiteiro e temos estado constantemente a lembrá-lo que isto tem que ser feito, até porque não implica qualquer despesa porque a água está lá e basta usá-la. Penso que terá sido ultrapassada a fase crítica da obra porque a maior parte das escavações já foi feita, está a proceder-se à fase final das ligações e espero que o pavimento seja colocado a curto prazo. Os moradores têm, de facto, muita razão em queixar-se porque não tem havido a aplicação da água com a frequência necessária. Creio que o estão a fazer apenas duas vezes por dia, o que não é suficiente particularmente nos dias mais secos e ventosos, mas vamos voltar a fazer pressão para garantir que isso seja devidamente feito.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Pedi a palavra apenas para um esclarecimento porque não quero suscitar nenhum mal-entendido relativamente ao que disse há pouco a respeito do IMI, nem reiniciar um debate que já foi feito; apenas quero que fique claro que a minha posição e a do grupo parlamentar do PSD são favoráveis à isenção de IMI nos centros históricos classificados mas entendo que uma responsabilidade desta natureza não pode ser suportada exclusivamente pelo município, devendo ser repartida pelos órgãos regionais ou mesmo nacionais porque estamos a falar de um património que, mais do que municipal ou nacional, é mundial e deve implicar uma responsabilidade mais alargada.

O nosso município deve lutar junto das entidades que referi, ou seja, do poder regional e também nacional, para que possamos ser compensados de alguma maneira pelo facto do nosso país ter uma cidade classificada de património mundial a par com muitas outras no mundo. Esta responsabilidade tem que ser repartida com outras entidades que podem muito mais do que nós porque possuem orçamentos muito superiores ao nosso. Entendo que é vantajoso, justo e correto que os munícipes de Angra, que sejam moradores na zona classificada de património mundial, sejam isentos do pagamento do IMI. Para que não haja dúvidas, é esta a nossa posição.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à Atividade Municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A vida do município tem decorrido com normalidade sem qualquer questão particularmente complexa a assinalar. Como sabem, temos vindo a sentir algumas dificuldades de funcionamento devido à Covid-19 e algumas coisas não decorreram com a celeridade que desejaríamos, principalmente as relacionadas com teletrabalho e coordenação interna. Falámos aqui das faturas dos Serviços Municipalizados mas houve também alguns atrasos no pagamento dos apoios a algumas instituições, resultantes do funcionamento condicionado dos nossos serviços. Esperemos que algumas destas situações sejam ultrapassadas a partir do dia 1 de julho quando passar a predominar o trabalho presencial. Tudo isto tem causado algumas dificuldades, particularmente aos senhores presidentes de junta que estavam habituados a receber as transferências cedinho e este ano estão a recebê-las mais tarde.

Uma outra situação que tem vindo também a influenciar o trabalho do município tem a ver com o processo de internalização dos Serviços Municipalizados que terminará amanhã e a partir do dia 1 de julho passaremos a funcionar apenas como entidade única. Quando iniciámos todo este processo não sabíamos que nos cairia uma Covid pelo meio, originando todas estas perturbações de funcionamento. As coisas têm vindo a ser resolvidas de forma razoável mas com algumas dificuldades que vão sendo ultrapassadas.

As obras estão a decorrer com relativa normalidade, havendo alguns atrasos resultantes da atual situação, nomeadamente no que diz respeito à vinda de pessoal técnico para algumas intervenções como, por exemplo, a ventilação neste prédio onde nos encontramos, que ainda não foi feita, assim como a substituição do teto das piscinas que não teve o avanço que estava previsto porque dependeu de pessoas vindas do exterior que não se puderam deslocar. Temos ainda a situação do famoso palco e muitas outras intervenções que foram afetadas por estas restrições que ainda se vão sentir por bastante tempo, mas vamos tentando compensar estes

atrasos. A situação está estável do ponto de vista financeiro e a vida do município está bastante bem, tendo em conta todas as dificuldades excepcionais por que temos passado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Hoje estamos em modo «ponho a máscara, tiro a máscara à hora que eu quiser, que máscara apertadinha que se usa porque tem que ser». Esperava que o senhor presidente da Câmara ou a bancada do PS abordassem o assunto mas, uma vez que isso não aconteceu, é justo que seja eu fazê-lo. Se estamos cá para criticar quando for necessário, também gostamos de sublinhar aquilo que corre bem. A capacidade de organização dos seus serviços, bem como o seu equilíbrio financeiro, permitiram que o município de Angra do Heroísmo conseguisse celebrar contratos ARAAL com o Governo Regional num montante mais significativo em termos de apoios financeiros para dar resposta aos danos causados pelo furacão Lorenzo no ano passado. Tive a oportunidade de elogiar o senhor presidente da Câmara aquando a sua audição em comissão parlamentar de economia a respeito deste assunto, mas julgo ser de elementar justiça voltar a fazê-lo também aqui na Assembleia Municipal.

Não tendo sido a ilha Terceira a mais afetada pelo furacão, o concelho de Angra foi o que, mais depressa e de forma competente, conseguiu responder e habilitar-se a um número muito significativo de apoios. A experiência do senhor presidente da Câmara, que tinha a seu cargo a pasta que envolvia a orla marítima, facilita-nos a realização de obras de proteção da orla costeira em zonas críticas e sensíveis como o Porto Judeu e toda aquela área que vai desde a Vila Maria até S. Mateus.

Ainda a respeito da Covid-19, os senhores vereadores do PSD não deixaram passar uma situação que devemos sublinhar aqui. Acontece que a ilha Terceira tem o único laboratório certificado para análises à Covid-19 e outros trabalhos em genética na área e foi necessário dotar o hospital de Ponta Delgada de meios para realizar essas análises. Ninguém aqui esquece a gravidade da situação que a ilha de S. Miguel viveu com o maior número de casos e de mortes por Covid-19 e nem pretendo sequer discutir as responsabilidades ou irresponsabilidades que levaram a que a principal cadeia de transmissão do vírus ocorresse dentro do próprio hospital de Ponta Delgada, mas é certo que foram invertidas algumas prioridades e um conjunto de investimentos. Por muito que se quisesse mascarar a situação, foi assumidamente desviado para o hospital de S. Miguel, um equipamento que estava doado ao laboratório da ilha Terceira que continua à espera.

Houve mais uma vez aqui um desequilíbrio. Não é reconhecido como laboratório de referência quem quer, mas quem tem um percurso feito, desenvolve investigação científica e possui técnicos e artigos publicados em revistas da especialidade. Cada vez que a ilha Terceira demonstra ter condições para servir a região, acaba por ser condenada a um serviço local. Parece que não se quer de maneira nenhuma que sejamos uma referência regional nas questões de saúde, tenhamos um estabelecimento prisional ou façamos até o tratamento de resíduos. Para a ilha Terceira, não pode haver nada.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara em que medida o município de Angra poderá intervir, visto que, além do laboratório de referência do serviço de epidemiologia e biologia molecular do nosso hospital, temos outros serviços com capacidade para aumentar o número de testes à Covid-19 que podem ser realizados na universidade dos Açores e no Laboratório de Veterinária. Temos equipamentos e recursos humanos que permitem aumentar ainda mais as capacidades desta ilha em serviço próprio ou da região, à semelhança do que se faz, por exemplo, na Irlanda, com a massificação dos testes a toda a população residente ou a quem venha de fora.

Temos cá na ilha um laboratório de referência mas poderemos ter três, por isso gostaria de saber se é possível à Câmara Municipal, dentro das suas capacidades, ao nível dos equipamentos ou de outro tipo de apoios, ajudar qualquer uma destas três instituições que referi. Como apoia muitas outras, poderá também acudir a esta porque não temos outra

alternativa senão testar, testar e testar a curto e médio prazo para podermos fazer o controlo epidemiológico na ilha e na região enquanto não houver uma vacina.

Já se falou aqui muito das zonas balneares e da reação das pessoas após o desconfinamento. Julgo que o exercício da pedagogia, apelando ao distanciamento social e aos bons comportamentos é uma responsabilidade individual de todos e também do poder local. Por não termos casos de Covid-19 neste momento, não significa que deixemos de usar a máscara e lavar as mãos ou desrespeitemos o distanciamento social, até porque houve hábitos que já se adaptaram.

Há pouco a senhora deputada Brites Cunha falou e bem no modo como as pessoas souberam comportar-se pelo S. João sem Sanjoaninas mas houve também uma outra mudança de comportamentos em que as festas deixaram de ser na rua mas passaram a realizar-se outros eventos como, pequenos arraiais e churrascos em grupos de familiares e amigos com alguma dimensão. Todos soubemos de casos de festas e alguns ajuntamentos privados ocorridos noutras paragens que correram mal e levaram a focos de contágio da Covid-19. É certo que as pessoas têm tido algum bom senso mas devem ser continuados os apelos aos cuidados necessários, uma responsabilidade que é de todos e de cada um.

Peço ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação a respeito da videovigilância da Prainha porque, pelos vistos, deixou de lá haver cocó. Desculpem-me o termo mas falo assim para que todos percebam e gostaria de saber se as câmaras sempre apanharam qualquer coisa.

Por fim, e porque a casa dos meus pais fica na zona da Silveira e é afetada por aquela obra, julgo haver, de facto, uma falha por parte do empreiteiro, mas também da fiscalização camarária. Não é feita a rega para o devido humedecimento daquela zona para evitar o levantamento de poeiras e o empreiteiro faz o que lhe apetece, nomeadamente cortando a estrada nos dois extremos e impedindo completamente o acesso dos residentes às suas moradias. É necessária a presença mais efetiva dos fiscais camarários para impedirem que o empreiteiro e os seus funcionários sejam eles próprios, os polícias e os reguladores de trânsito ou de pó porque não têm competência para tal nem tão pouco se importam com isso. Fazendo-me agora juiz, neste caso, em «casa» quase própria, julgo de extrema importância a resolução de todas estas questões.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço ao senhor deputado a referência feita à questão das verbas. Aproveito para lembrar que estamos com 88% de execução dos fundos comunitários do quadro que agora se aproxima do termo e somos, de longe, o município que mais verbas utilizou. Infelizmente, tudo isto tem um revés porque não nos permite mais candidaturas em áreas que muito nos interessariam. Temos uma excelente taxa de execução e esperamos atingir os 100% até ao fim do ano no que respeita aos eixos executáveis mas há aqui um problema que abrange todos os municípios e tem a ver com áreas em que a atividade municipal dificilmente se compagina com os objetivos desses investimentos. Houve uma reunião da Assembleia Intermunicipal na semana passada em que, mais uma vez, se decidiu dar um prazo até ao dia 30, ou seja, até amanhã, para se resolver o assunto.

Quanto aos laboratórios, é óbvio que o município tem um grande interesse e temos desenvolvido as ações possíveis para tentar influenciar as coisas no sentido do que se pretende. É necessária uma coordenação com essas instituições e com o próprio Governo Regional para sabermos se há algo que o município deva ou possa fazer. Contudo, em primeira linha, essa é uma responsabilidade da região que deve fazer os investimentos que lhe cabem sob pena de estarmos a perder receita e a ganhar despesa...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A região não tem sido muito nossa amiga...

Sr. presidente da Câmara – Vamos fazer os possíveis para que seja.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O Pai Natal vem uma vez por ano.

Sr. presidente da Câmara – Vamos tentar ter esperança no Pai Natal. A respeito da sua questão sobre a Prainha, até agora não surgiram incidentes nem foi detetada qualquer atividade anormal, mas ainda a procissão vai no adro porque a época balnear mal se iniciou, por isso vamos tentar manter a segurança como até agora e esperar para ver o que vai acontecer.

Devido a alguns incidentes que lá iam acontecendo, resolvemos instalar também videovigilância na entrada das casas de banho diante do jardim. Como não cumpriam as regras da Covid-19, estamos a fazer lá um investimento porque havia um conjunto de materiais porosos, as superfícies têm que ser laváveis e desinfetáveis e tencionamos abri-las a breve trecho já com videovigilância.

No que diz respeito às obras que estão a decorrer na via da Silveira, prometo que vamos manter a luta anti poeira.

Sr. d. m. Délio Borges – Senhor presidente da Câmara, ainda a respeito do retrato e do ponto da situação que fez do drama que vivem as empresas do concelho e os setores ligados ao turismo, gostaria de lembrar aqui a situação dos angrenses enquanto funcionários de empresas que estão em *lay-off* que, felizmente, ainda não estão em situação de desemprego. Como possui um departamento de ação social, gostaria de saber se a Câmara Municipal tem sido procurada para a atribuição de apoios sociais, qual o ponto da situação do nosso tecido social e que problemas afligem mais a nossa população.

Já falámos aqui dos procedimentos, ou seja, das desinfecções e do tratamento que será feito diariamente nas zonas balneares em tempo de pandemia. Provavelmente essas ações de fiscalização serão levadas a cabo pela polícia marítima que, decerto, não terá capacidade para controlar todas as zonas balneares da ilha, por isso gostaria de saber qual o papel da Câmara Municipal na monitorização respeitante às lotações que poderão acontecer em determinados dias e quem, afinal, será responsável por vigiar estas situações extremas.

Devido à situação de pandemia que vivemos, a Câmara Municipal optou pela realização de concertos *online* através das redes sociais. Como estamos já num período de desconfinamento e sei que o auditório do Ramo Grande na Praia da Vitória terá já uma programação para o mês de julho, pergunto ao senhor presidente da Câmara o que está planeado ao nível da programação cultural para este espaço, (o Centro Cultural), e para o Teatro Angrense durante os próximos dois ou três meses, sabendo que tudo isso terá repercussões na vida das pessoas que poderão sair de casa e consumir na restauração.

Está a decorrer uma iniciativa denominada “Sete maravilhas da cultura popular” que vem acontecendo desde há vários anos com edições relacionadas com a natureza, a doçaria portuguesa, etc. Trata-se de eventos criados pelos municípios em parceria com a RTP que dão muita visibilidade aos destinos que se pretendem afirmar nas suas mais diversas vertentes. Para surpresa minha, não encontrei nenhuma candidatura a este projeto por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ou da Praia da Vitória. Poderíamos, certamente, candidatar algumas áreas da nossa cultura a este evento, a não ser que me esteja a escapar alguma situação de que não tenha conhecimento.

Sr. presidente da Câmara – O município tem participado com alguma intensidade na área do apoio social, funcionando um pouco como linha de suporte de retaguarda sempre que é necessário financiar ou adquirir alguma coisa e a maior parte das situações são encaminhadas para as IPSS's situadas nas diversas freguesias. Apesar do grande número e do aumento das situações que se tem verificado, até agora tem sido possível manter minimamente essas necessidades e, que seja do meu conhecimento, não há casos de fome ou de miséria absoluta.

Temos que continuar a desenvolver essas ações mas lembro mais uma vez que tudo deverá ser feito com a necessária discrição e maturidade para que isto não se transforme numa montra. Quanto maior a discrição, melhor será este tipo de atuação e é isso que se tem estado a tentar

fazer em conjunto com um número bastante alargado de instituições. Aproveito para agradecer mais uma vez a participação das juntas de freguesia e dos seus presidentes que têm sido fundamentais em todo este processo visto que, uma parte muito importante vem via freguesias, com as quais tem sido possível resolver os assuntos de forma discreta e eficaz para que ninguém passe necessidades.

A lotação das zonas balneares será fiscalizada pela autoridade marítima que conta com o reforço de alguns militares fuzileiros que foram destacados para a ilha para participarem nesse processo. Nas situações em que nos pedirem para colaborar, pois cá estaremos para isso. Até agora as coisas têm corrido bem, não há razões para estarmos preocupados e espero que todo este processo decorra sem dificuldades durante o verão.

Quanto à programação cultural, está de facto, na altura de começarmos a ter alguns espetáculos com a presença de público, o que levanta um conjunto de problemas, não apenas por causa dos espaços, dos convívios e das entradas e saídas, mas também por causa do incentivo a outro tipo de atividades. As touradas à corda e de praça estão na mente de toda a gente, uma realidade que deve também ser considerada e pensada, embora com menos gente. Quando começarem os espetáculos aqui no Centro Cultural ou no Teatro Angrense, as pessoas começarão a perguntar porque é que não poderá haver também festa ao lado da igreja da sua freguesia ou noutra sítio qualquer.

Tudo isto nos tem levado a profundos e acesos debates internos sobre o que fazer e como fazer. Esta questão não pode ficar eternamente adiada, por isso, neste mês de julho teremos que tomar uma decisão de fundo sobre a matéria. Ao iniciarmos espetáculos aqui, estamos implicitamente a abrir uma outra porta com consequências bastante mais alargadas numa altura em que a insegurança aumenta. Quando olhamos para a situação em Lisboa e se houver a abertura dos voos para os Estados Unidos onde a situação é bem pior, o caso dará que pensar. São essas considerações que, muito contra a nossa vontade, levam a que estejamos com estes espetáculos desmaterializados sem o valor e o interesse que deveriam ter.

Esta é uma decisão de grande responsabilidade que nos poderá trazer consequências extraordinariamente gravosas se as coisas correrem mal. Ao longo do mês de julho teremos que decidir em função da evolução do sistema de transportes, do número de casos de Covid-19 e dos mecanismos de controlo. Tanto quanto sei, só amanhã é que haverá decisões por parte da União Europeia sobre os voos para os Estados Unidos, a situação em Lisboa está a ficar cada vez pior e temos centenas de pessoas a virem de lá todas as semanas.

A Câmara decidiu não participar no evento das “Sete maravilhas da cultura popular” em função do que aconteceu na edição anterior com a doçaria e outras questões. Este é um programa comercial em que se paga uma participação, ou seja, é um serviço que se compra e poderá até ser considerado promocional nalguns casos, mas achei que não havia grande interesse em participar nesta edição. Assumo essa responsabilidade porque creio que neste momento o nosso dinheiro pode ser melhor aplicado noutras coisas.

Sr. presidente da Mesa – Gostaria de reforçar o que o senhor presidente da Câmara disse relativamente a este evento. Quem participou de forma direta poderá constatar que se trata de um evento comercial e não, cultural.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Concordo também com o senhor presidente da Câmara, a quem peço um esclarecimento em nome das pessoas que, muitas vezes, precisam das instalações sanitárias quando esperam pelo autocarro em frente ao jardim. O senhor referiu a necessidade de se proceder a uma intervenção nas casas de banho que estão atualmente fechadas. As que estão situadas dentro do jardim estão a funcionar?

Sr. presidente da Câmara – Essas cumprem as regras legais mas as que estão fechadas não têm sanitas com pedal nem paredes laváveis, por exemplo, o que implica a reformulação total daquele espaço.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – O constrangimento surge para as pessoas que precisam dos transportes públicos para as zonas rurais. Quem circula em viatura própria e estaciona no Bailão, tem alternativas, mas as pessoas mais velhas veem-se obrigadas a pedir para utilizar as casas de banho dos cafés ou restaurantes das redondezas, o que é muito desagradável para ambas as partes.

O senhor presidente da Câmara informou que a obra do Centro Interpretativo está na sua fase final mas gostaria que nos elucidasse um pouco mais. Pergunto se o empreiteiro vai entregar a obra, se o projeto para o interior se vai concretizar e para quando se perspetiva a abertura daquele edifício à cidade.

Sr. presidente da Câmara – Foi feita uma inspeção a todas as instalações sanitárias com a participação da delegação de saúde e concluiu-se que as retretes do jardim e as que estão localizadas junto ao arco do Relvão têm problemas estruturais que desaconselham a sua abertura ao público. Criou-se uma alternativa às casas de banho do jardim com a construção de instalações novas no jardim novo que já obedecem às regras em vigor, mas é claro que as pessoas terão que percorrer uma distância maior. Aquelas ali precisam de um investimento de fundo; as paredes serão forradas em inox, que foi já encomendado, vão ser colocados uns autoclismos de pedal que estarão em trânsito num lugar qualquer, e esperemos poder reabri-las num prazo não muito longo.

Optou-se por acabar de vez com as casas de banho junto ao arco do Relvão porque tinham condições de higiene demasiado pobres e seria necessário fazer ali um investimento muito grande. Enveredou-se por um procedimento que já está em curso para a aquisição de umas casas de banho daquelas automáticas para colocar cá em cima à entrada do lado do tanque do azeite na transição entre o Relvão e a plataforma mais alta do novo parque de estacionamento. Esses equipamentos demoram algum tempo a ser fabricados, por isso haverá necessariamente alguma demora, mas vamos ver se lá chegamos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Na sequência do que o senhor presidente da Câmara informou sobre o alargamento do triângulo na Silveira para impedir o estacionamento indevido, (um assunto já aqui debatido e deliberado até com pedidos de intervenção da PSP), e sabendo-se que os lugares de estacionamento serão mais procurados apesar do novo parque existente cá em cima e dos espaços disponíveis na via que liga à rotunda da escola Tomás de Borba, talvez seja oportuno aproveitar estas obras para voltarmos à carga com um outro assunto que já mereceu a aprovação unânime desta Assembleia. Refiro-me ao estacionamento em frente ao hotel do Caracol na Silveira. Estas alterações justificam que exerçamos pressão mais uma vez para que aquele espaço sirva exclusivamente para cargas e descargas e tomada e largada de passageiros de viaturas de turismo, em vez de ser usado para estacionamento de longa duração como tem acontecido.

Infelizmente, este verão não será muito relevante pelos motivos que todos conhecemos, mas este assunto não deixa de ser pertinente, até porque se trata de uma das três principais entradas de trânsito na cidade como aqui foi referido. O fluxo de turismo àquela unidade hoteleira implicava, por vezes, a paragem ali de dois ou três autocarros ao mesmo tempo, além de viaturas de menor dimensão como as carrinhas de nove lugares e outras que ali se juntavam entre as 08H30 e as 09H00 da manhã, criando um autêntico pandemónio no trânsito. Gostaria de pedir à Câmara que volte a pôr o assunto em cima da mesa e o aborde com as entidades responsáveis.

Sr. presidente da Câmara – Estava a obter informação junto do senhor vice-presidente da Câmara que tem estado a lidar com essa situação e, de facto, as Obras Públicas estão a trabalhar

num projeto de remodelação daquele largo. No âmbito de uma visita recente que lá fizemos, demos conta de outros problemas relacionados com a decoração do pavimento e outras situações no centro daquela praça que têm que ser resolvidas. Esperemos que, da colaboração entre as Obras Públicas e a Câmara, resulte também uma reformulação e reparação dos candeeiros e outras pequenas coisas que precisam de ser arrançadas.

Sr. d. m. João Santos – Houve algo que foi aqui aflorado assim muito de repente mas acho que o assunto deve ficar registado e convenientemente esclarecido. Refiro-me ao equipamento que se destinava ao laboratório da ilha Terceira e foi supostamente desviado para S. Miguel. Este assunto poderá ter algum cabimento aqui na Assembleia Municipal mas, como o senhor presidente sabe e por considerá-lo de grande importância para a ilha Terceira, levei-o à última reunião do Conselho de Ilha. A informação que foi dada e aceite nessa reunião é que, nenhum equipamento foi desviado da ilha Terceira...

Interrupção impercetível...

Sr. d. m. João Santos – O senhor deputado terá a oportunidade de se manifestar; não o fez no último Conselho de Ilha porque não estava e eu estou apenas a transmitir o que aconteceu nessa reunião. Já que se falou no assunto, partilho com todos os membros desta Assembleia Municipal que, o que foi afirmado na reunião do Conselho de Ilha, é que não houve qualquer desvio de equipamento da Terceira para S. Miguel; o equipamento destinado à ilha Terceira estava atrasado, nunca foi entregue e sê-lo-ia no mês de julho. Foi isto que me foi respondido e eu disse que me reservaria e levaria novamente o assunto à discussão na próxima reunião do Conselho de Ilha, que aconteceria depois do mês de julho, para perceber se aquilo que se dizia, correspondia efetivamente à verdade.

Não vou repetir o que fiz no Conselho de Ilha, provocando a senhora deputada Marília Vargas sobre o assunto porque ela também se manifestou nessa reunião, e gostaria de lembrar que foi dito que tudo não passava de um mal-entendido, o que tomarei como verdade até prova em contrário. Deixarei, portanto, para o mês de julho e para a próxima reunião do Conselho de Ilha para aferir da veracidade do que foi dito na reunião anterior. Quis assim apenas acrescentar esta nota respeitante a outras informações que havia sobre este assunto.

O senhor presidente da Câmara expressou aqui por duas vezes as suas preocupações relativamente aos voos provenientes de Lisboa devido à situação da Covid-19 mas, segundo o primeiro-ministro, a pior situação vive-se em apenas 19 freguesias.

Tentando falar com cautela para não correr o risco de ser mal interpretado, a reabertura dos voos provenientes dos Estados Unidos e do Canadá não me assusta e considero-a até benéfica porque a ilha Terceira precisa urgentemente da entrada de dinheiro, mas as coisas devem ser ponderadas e operacionalizadas com muito rigor. Tem que haver uma coordenação entre ambos os municípios da ilha junto do Governo Regional relativamente às condições em que é feito o controlo das entradas na região que, reafirmo, devem acontecer.

As coisas devem ser devidamente preparadas para depois não se fazer um inquérito que é distribuído nos aviões três dias depois do previsto ou o resultado do teste feito a um certo indivíduo só ficar disponível quando ele já viajou para fora da ilha. «Disseram-me que o teste era inconclusivo mas, pelos vistos, “inconclusivo” para a pessoa que falou comigo é igual a negativo.» Estas coisas não podem acontecer sob pena do desastre ser bem grande. Deve haver uma intervenção séria junto do Governo Regional relativamente à garantia das condições para que se possa reabrir os voos provenientes de Lisboa, de Boston ou seja de onde for. O processo a implementar tem que ser extremamente rigoroso para que as entradas na ilha Terceira decorram sem incidentes. Um teste à Covid-19 é inconclusivo, alguém o interpreta como negativo e afinal verifica-se que é positivo quando o paciente já está no continente. Isto não pode acontecer. Todo este trabalho tem que ser feito com a devida antecedência e não, após o

terceiro ou o quarto voo proveniente dos Estados Unidos. Mal aterre o primeiro passageiro, tem que haver a garantia de que o controlo é rigoroso e quase infalível.

Quando falei da Silveira, não me referia apenas ao pó decorrente das obras. Se houver alguma intervenção junto do empreiteiro, deve ser-lhe dada uma achega de que existe mesmo alguma falta de respeito para com os moradores e não estamos a falar apenas daquele pó decorrente de qualquer obra. Se alguém abrir a sua garagem para fazer algumas limpezas, deve ao menos ser avisado para fechar a porta porque se vai proceder ao movimento de terras. Quando se está à espera do transporte, não se deve fazer dos capôs dos carros, prateleiras para os capacetes e para os casacos e o material da obra deve ser descarregado ao lado do muro e não em frente ao portão das casas porque a senhora tem que arredar os materiais para poder sair de casa. É deste tipo de desrespeito que se fala devido à falta de cuidado que incomoda as pessoas. Toda a gente sabe que vai haver pó no decorrer de uma obra mas, ao menos que as pessoas sejam avisadas para fecharem as portas e as janelas quando se vai proceder ao movimento de terras.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Como fui citado a respeito de um tema que eu próprio trouxe a debate, é importante esclarecer de uma vez por todas. Relativamente à questão de saúde pública que vivemos e a tudo o que a rodeia, não há que tapar o sol com uma peneira e é muito grave quando fazemos de conta que, aquilo que é, não o é.

Os vereadores e os membros do grupo municipal do PSD têm tido, nos mandatos anteriores e mais ainda no atual, uma ação participativa e direta, visando sempre em primeiro lugar as pessoas e só depois os partidos e a doutrina partidária. Lamento que o senhor deputado João Santos tenha trazido ao debate, aquilo que foi a infeliz postura de alguns deputados do Partido Socialista da ilha Terceira na reunião do Conselho de Ilha relativamente aos equipamentos destinados ao Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o SEEBMO. Foi tornado público e é sabido que esse equipamento de tecnologia de ponta não abunda no mercado, até porque a Covid-19 está no mundo inteiro e os poucos fabricantes que produzem extratores de RNA de último modelo, não têm mãos a medir para os fabricar.

Estava prometido e oferecido por uma entidade privada, um equipamento que era destinado à ilha Terceira, ao único laboratório que fazia análises na altura; não havia outro. O equipamento destinava-se ao laboratório de cá. Depois de se ter decidido começar a fazer testes em S. Miguel, o laboratório da Terceira ficou à espera que se fabricasse um segundo equipamento porque o primeiro - que para cá estava destinado - foi, por ordem da tutela, (entenda-se, Governo Regional dos Açores), atribuído ao hospital de Ponta Delgada, vindo um equipamento menos moderno para a ilha Terceira enquanto não se fabricasse um novo que, supostamente deve chegar em julho, mas não se sabe se tal acontecerá porque anda tudo atrasado e nunca sabemos quando as coisas cá chegam.

Só acredita na versão dita oficial, quem quiser. Como é óbvio, com estes comentários, já estou a revelar alguma informação privilegiada. Não estive presente na reunião do Conselho de Ilha porque fiquei a tomar conta dos filhos enquanto a mãe deles estava no SEEBMO a fazer turnos seguidos sem os poder ver. Estava a fazer, por exemplo, extrações manuais de RNA para garantir que o laboratório da Terceira desse resposta aos testes da Covid-19 da região, operando 24 sobre 24 horas, quando o outro laboratório, que possuía equipamento de ponta, enviava para cá os testes que não conseguia fazer. Correndo o risco de estar a comprometer alguma informação, não posso deixar que a verdade não seja dita, porque é a verdade. Primeiro estão as pessoas e depois os partidos.

Sr. presidente da Mesa – Peço desculpa mas, sobre esta matéria, não dou a palavra a mais nenhum dos senhores deputados porque cada um tem a sua verdade e não temos aqui ninguém do Governo Regional que possa responder de forma direta e cabal sobre este assunto que foi discutido no Conselho de Ilha e nós estamos na Assembleia Municipal. Há aqui duas posições

distintas que valem o que valem, esta não é uma matéria que deva ser discutida na Assembleia Municipal e não temos outra informação além daquela que circula. Um diz que é uma coisa, o outro afirma outra, por isso vamos passar à frente porque temos uma ordem de trabalhos para cumprir.

Sr. d. m. João Santos (para defesa da honra) – O senhor deputado Luís Rendeiro foi muito infeliz agora. Em primeiro lugar, o senhor não tinha que me justificar a sua ausência porque não sou polícia do Conselho de Ilha. Referi que o senhor não esteve presente, por isso partilhei o que lá se tinha passado e com isso não estava a fazer nenhum juízo relativamente à sua ausência. Não aceito que o senhor - por isso a defesa da honra - venha dizer que estou a pôr os interesses partidários acima do bem ou da proteção das pessoas. Acho que o senhor se precipitou e pela ânsia de atacar alguém, não deve ter percebido o que eu disse. Não disse que era verdade nem que era mentira, daí a preocupação em ter levado o assunto ao Conselho de Ilha, e não falo qual é o assunto. Fui eu que fiz a pergunta e partilhei com esta Assembleia Municipal a resposta que me foi dada. Não disse em que é que acreditava, não disse o que parecia, nem dei a minha opinião.

É um abuso, o senhor estar a inferir que, com a minha intervenção, estou a relegar para segundo plano os interesses das pessoas, privilegiando os interesses partidários. Também não aceito e acho que lhe fica muito mal dizer que é infeliz o facto de eu trazer à Assembleia Municipal um assunto do Conselho de Ilha, sobretudo quando a informação me foi dada por um deputado regional. Se é infeliz que tragamos à Assembleia Municipal, as observações e explicações dos deputados regionais, muito mal vão as coisas.

Para que fique bem claro, limitei-me a trazer uma informação e não fiz juízo algum sobre a informação que ouvi. Se o senhor ouviu atentamente, eu disse que tive a ocasião de referir e reforçar que aguardaria pela reunião seguinte do Conselho de Ilha para voltar a inquirir e tentar chegar a uma conclusão depois de me serem prestadas novas informações. Não tenho qualquer ideia formulada sobre este assunto e, para além do que o senhor estava a dizer aqui, apenas quis complementar a informação com aquilo que foi dito noutra fórum. Como disse o senhor presidente, o senhor deputado tem a sua opinião - que ouvi hoje aqui - enquanto lá ouvi outra. Aguardemos, porque não perdi a esperança de chegar a uma conclusão, e agradeço que refreie um bocadinho as suas observações quando as mesmas não fazem sentido.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Não vamos repetir tudo o que foi falado no Conselho de Ilha, até porque surgiram informações novas, e provavelmente já ouviram falar do grande investimento que vai ser feito no SEEBMO - porque foi notícia - por isso não são só coisas más.

É importante fazer aqui um reparo para que sejamos rigorosos. Senhor deputado Luís Rendeiro, não tenho bem a certeza mas acho que, no dia em que se realizou a tal reunião do Conselho de Ilha, já tínhamos cá um extrator. Não era o tal aparelho topo de gama, era um outro, mas na altura não se estava a fazer extrações manuais de RNA. Para que não façamos um dramatismo, podia não ser com o aparelho topo de gama, mas a verdade é que nessa altura já se estavam a fazer as tais extrações. Se, eventualmente, houve aqui um erro com o envio do tal extrator para S. Miguel, deixando-nos o que não era topo de gama, esse erro será remediado com o investimento que vai ser feito ao nível do SEEBMO. Também temos que falar destas coisas.

Não se registaram mais intervenções. A informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pela Câmara Municipal e pelos Serviços Municipalizados. Para apreciação e votação

do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O saldo da Gerência de 2019, que resulta da operação de consolidação, ascende a 6 080 639,96 € (seis milhões, oitenta mil, seiscentos e trinta e nove euros e noventa e seis cêntimos); é composto por 5 657 131,52 € (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e trinta e um euros e cinquenta e dois cêntimos) de execução orçamental e 423 508,44 € (quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e oito euros e quarenta e quatro cêntimos) de operações de tesouraria. O resultado líquido consolidado é de 3 553 011,53 € (três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, onze euros e cinquenta e três cêntimos).

Sr. presidente da Câmara – No caso do município de Angra do Heroísmo, esta demonstração acaba por não ter grande significado. É apenas a soma algébrica dos dois relatórios de contas que foram aprovadas por esta Assembleia Municipal há duas sessões. Isto faz sentido em municípios em que há muitas entidades periféricas com empresas municipais ou outras entidades que tais. Felizmente, no nosso caso, apenas consolidam as contas dos Serviços Municipalizados e da Câmara Municipal. Não há aqui nenhuma matéria nova e os números apenas demonstram a saúde financeira do nosso município.

O documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta revisão resulta essencialmente do processo de internalização dos Serviços Municipalizados. Ainda não é a última e, provavelmente na próxima sessão da Assembleia Municipal, teremos que voltar a fazer nova revisão. O que estamos aqui a fazer é carrear para o orçamento do município as despesas e receitas que se encontravam no orçamento dos Serviços Municipalizados. Esse processo ainda não pode ser completado, os SMAH funcionarão separadamente até amanhã e depois haverá um período para pagamento de eventuais despesas. Voltaremos a fazer uma nova revisão numa das próximas sessões da Assembleia Municipal para determinarmos esse período de consolidação dos dois orçamentos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A documentação do que é demonstrado no reforço da receita do orçamento é um contrato ARAAL devido ao furacão Lorenzo...

Sr. presidente da Câmara – Esse contrato ARAAL foi feito com a Câmara, contudo há aí outras despesas e receitas que têm a ver com ações que são mantidas pelos Serviços Municipalizados.

Terminadas as intervenções e após votação, a Terceira Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal para o ano de 2020 constante do Ponto 1.3, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD, 1 da d. m. independente e 2 do CDS-PP) e 7 abstenções do PSD.

1.4 - Primeira alteração ao Regulamento do Regime de concessão de apoios excecionais às famílias e à retoma da atividade económica. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta alteração visa apenas alargar o apoio às entidades que tenham a seu cargo estabelecimentos de ensino, creches ou outras estruturas de acolhimento de crianças e jovens, o mesmo regime que tinha sido previsto para as empresas. Na altura tínhamos considerado que seriam integralmente ressarcidas pela região mas, como tal não

aconteceu e algumas destas instituições têm uma forte redução da receita por via da diminuição dos pagamentos dos pais, entendeu-se que seria bom alargar os apoios e é o que está aqui a ser feito.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Nada temos obviamente a opor em relação a esta alteração ao texto do regulamento mas gostaria de chamar a atenção que estas informações não constam do *site* da Câmara. Em grande destaque estão as medidas extraordinárias da Covid-19 que foram anunciadas para o Governo para o mês de maio mas penso que seria útil constar também informação do regulamento, até porque o prazo está a caducar agora com o alargamento que vamos discutir a seguir...

Sr. presidente da Câmara – Existe uma página própria...

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não consigo localizar no *site* da Câmara que tenho aberto à minha frente. Pelo menos não consta onde seria de esperar. Abaixo temos uma barra rotativa com várias fotografias e diversas informações úteis mas não se especifica o que a Câmara está a fazer pelos municípios. Como se trata da saúde financeira das pessoas e das empresas, é importante que essa divulgação seja feita.

Fazendo já a ligação com o Ponto 1.5 referente à prorrogação do prazo de candidaturas que vamos discutir a seguir, na conferência de líderes dei conta da nossa disponibilidade para se alterar o regulamento, caso a Câmara considere necessário voltar a alargar os prazos de candidatura enquanto o mesmo estiver em vigor sem que o assunto tenha que vir de novo à Assembleia Municipal, que não perde qualquer controlo político ao permitir que essa achega conste do regulamento, tornando assim todo o processo menos burocrático e mais exequível.

Gostaria de um esclarecimento a respeito da reabertura que vai ser feita. O artigo 5, alínea a) nº 2 refere: «*O prazo de candidatura decorre durante os quinze dias imediatos ao da publicação do presente aditamento do regulamento.*» Respeita a qualquer outra candidatura ou apenas às que são feitas ao abrigo deste aditamento?

Sr. presidente da Câmara – Apenas a este aditamento.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É uma das tais informações que, no nosso entender, deveria constar do *site* da Câmara de forma mais clara para permitir um acesso mais fácil.

Sr. presidente da Câmara – Acabei de confirmar que a informação consta do *site* mas há de se melhorar o que for preciso.

Sr. vereador Guido Teles – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores membros da Assembleia. Tenho estado a verificar e, de facto, essa informação não consta do *site* mas esteve disponível como principal destaque da página enquanto vigorou o prazo de candidaturas que terminou no dia 19. Entretanto, como foi publicada a programação para a comemoração do 3º aniversário da Startup Angra, essa informação saiu dos destaques da página inicial do *site* da Câmara mas voltará a constar após a aprovação da alteração ao regulamento já com a referência específica a este novo regime.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Felicitamos o alargamento dos apoios às entidades com fins sociais. Houve, de facto, uma diminuição clara da receita sobretudo nas instituições com valências de ATL, creches e de acolhimento porque as crianças estiveram em casa durante mais tempo. Tal como referimos à data da sua aprovação, congratulamo-nos mais uma vez pelo facto de este continuar a ser um documento aberto com a possibilidade de incluir novas medidas de acordo com as necessidades que forem surgindo.

Agora um pequeno aparte acerca dos elogios tecidos pelo senhor deputado Luís Rendeiro aos contratos ARAAL, visto que esperávamos uma posição mais clara na sua votação e não, apenas, na retórica. Os nossos elogios traduzem-se também no voto.

Sr. d. m. Délio Borges – Há um erro de escrita no artigo 3º, ponto 1, a): «*Sem fins lucrativos...*» está mal escrito. É importante que isto seja revisto antes de ser publicado em Jornal Oficial.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa declaração de voto) – Julgo que a votação favorável do PSD a este diploma esclarece a dúvida, talvez extemporânea, da senhora deputada Isabel Berbereia. Nós votamos a favor destas coisas sempre que sejam em prol do município, as posições do PSD não se esgotam na retórica e têm sido construtivas a todos os níveis desde a vereação até aos votos aqui na Assembleia Municipal; basta consultar as atas.

1.5 - Ratificação do despacho do presidente da Câmara de prorrogação de prazo das candidaturas do Regulamento - Regime de concessão de apoios excecionais às famílias e à retoma da atividade económica. Para ratificação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Visto que, uma boa parte das candidaturas chegou nos últimos dias, a Câmara entendeu prorrogar o prazo e terá eventualmente que voltar a fazê-lo caso haja maior procura pelas medidas de apoio.

Na altura não pensámos na questão mas a sugestão apresentada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves faz todo o sentido porque a lei permite que a Câmara proceda a estas prorrogações de prazos, ficando os mesmos apenas sujeitos a ratificação na reunião seguinte da Assembleia Municipal que, com certeza, não se recusará a fazê-lo. Creio que o assunto é pacífico e estamos assim a ratificar o que já foi feito na quinzena anterior, ou seja, o prolongamento do prazo por mais quinze dias.

Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que encaremos os Pontos 1.6 e 1.7 em conjunto por tratarem de assuntos da mesma natureza.

A abertura do concurso constante do Ponto 1.6 é uma consequência da internalização dos Serviços Municipalizados. Como a divisão das águas passou a ter também a seu cargo a manutenção dos pavimentos, que tem uma relação direta com as avarias da rede de águas e esgotos, faz todo o sentido que, quem faz o buraco, também o tape. Como houve aqui uma alteração de funções, é necessário um novo concurso.

Quanto ao Ponto 1.7, fica aqui desde já o meu agradecimento à senhora que exerce estas funções, que tem feito um excelente trabalho. Por razões da sua vida pessoal, pediu que não fosse renovada a sua posição de chefia de divisão, daí a necessidade de abertura de concurso para a sua substituição.

1.6 - Proposta de nomeação de júri para cargo dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão da Unidade de Águas e Manutenção das Vias, bem como atribuição de despesas de representação ao candidato a selecionar. Para designação do júri pelo órgão deliberativo nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, bem como autorização da atribuição das citadas despesas:

- Presidente:

Paulo Henrique Rocha Fantasia Cardoso - Chefe da Unidade de Desenvolvimento de Serviços Integrados.

- Vogais:

Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira - Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais.

Ricardo Nuno Vieira Matias - Chefe da Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida.

- Vogais suplentes:

Daniel da Cunha Belo Projeto - Chefe da Unidade de Resíduos e Limpeza Urbana.

Paulo Alexandre Silva Lima - Diretor do Serviço Florestal da Terceira.

- A Assembleia Municipal, por maioria, designou o júri proposto e autorizou a atribuição das citadas despesas de representação com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.7 - Proposta de nomeação de júri para cargo dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão da Unidade de Cultura e Ação Social, bem como atribuição de despesas de representação ao candidato a selecionar. Para designação do júri pelo órgão deliberativo nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, bem como autorização da atribuição das citadas despesas:

- Presidente:

Paulo Henrique Rocha Fantasia Cardoso - Chefe da Unidade de Desenvolvimento de Serviços Integrados.

- Vogais:

Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira - Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais.

Ricardo Nuno Vieira Matias - Chefe da Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida.

- Vogais suplentes:

Daniel da Cunha Belo Projeto - Chefe da Unidade de Resíduos e Limpeza Urbana.

Paulo Alexandre Silva Lima - Diretor do Serviço Florestal da Terceira.

- A Assembleia Municipal, por maioria, designou o júri proposto e autorizou a atribuição das citadas despesas de representação com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.8 – Quinta alteração aos estatutos da TERAMB, EM nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas da vereação, senhores membros da Assembleia. Este documento permite alterar a proporção de dividendos da TERAMB, inscrita inicialmente em 60/40%. Portanto, é possível fazer outro tipo de dividendos conforme os resultados da empresa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Debatermos por diversas vezes em sessões anteriores desta Assembleia Municipal esta questão da proporcionalidade da participação dos dois municípios no capital da TERAMB, o reinvestimento ou a retirada de dividendos, a possibilidade do aumento de capital do município de Angra face a uma eventual diminuição por parte do município da Praia da Vitória e a eventual transformação da TERAMB numa possível «ANGRAMB» a médio prazo, até por questões de diferente estabilidade financeira entre ambos os municípios. Pergunto ao senhor presidente da Câmara qual a estratégia prevista e se esta iniciativa da alteração de estatutos está consensualizada entre as duas autarquias.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Esta alteração de estatutos foi acordada entre ambos os municípios e o documento será discutido na próxima reunião da Câmara Municipal da Praia da Vitória no dia 13 de julho para depois ser submetido à Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Fiquei a saber o mesmo, por isso volto a perguntar quais os limites máximos ou mínimos resultantes desta alteração de estatutos. Na opinião do grupo municipal do PSD, o limite mínimo de participação do município da Praia da Vitória deve ser o equivalente ao custo do tratamento dos seus próprios resíduos, caso a totalidade do capital da TERAMB fique na posse do município de Angra e este seja obrigado por lei a tratar os resíduos da Praia sem receber os custos do respetivo tratamento. Como todas estas coisas custam euros, está assim explicada a minha preocupação em nome do grupo municipal do PSD.

Sr. presidente da Câmara – Posso adiantar ao senhor deputado que os interesses do município de Angra serão devidamente acautelados.

Sr. d. m. Délio Borges – Vamos lá ver se nos entendemos, senhor presidente. A Câmara Municipal de Angra tem uma participação de 60% na TERAMB versus a participação de 40% da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Fala-se na distribuição dos resultados que, supostamente antes desta alteração, seriam de 60/40. O que estamos a prever é uma alteração que vos permita internamente decidir uma outra distribuição dos resultados. Vamos votar um documento para que a TERAMB faça uma distribuição de quê? De 90% para a Praia e 10% para Angra? O que se prevê aqui de salvaguarda? Quando se prevê alterar qualquer coisa, há sempre um objetivo em vista. Que objetivo, afinal, se pretende alcançar? Vamos ser concretos, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Creio que vale a pena e devemos ser concretos nesta matéria. Reafirmando o que disse há pouco, é óbvio que os interesses do nosso município serão devidamente acautelados. Esta alteração permite que ambos os municípios tenham políticas diferentes em relação à utilização aos dividendos que lhes cabem e estão na proporção de 60/40% porque é essa a participação no capital da empresa neste momento. Isto significa que o município de Angra poderá manter ou retirar de lá os dividendos consoante entender.

Esta alteração permite dar liberdade aos dois acionistas para decidirem em relação aos dividendos que lhes caibam dentro da proporção dos 60/40, da qual não arredaremos pé. Qualquer investimento assimétrico que aconteça terá que ser obviamente refletido nos resultados futuros da empresa ou na titularidade do respetivo capital. É desta forma que esta matéria será gerida com a garantia solene aqui assumida que os interesses do município de Angra serão devidamente acautelados e não usaremos de maneira nenhuma a TERAMB para financiar outro município. É isso que deve ficar aqui bem claro.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Procurando clarificar mais um bocadinho e exigindo do senhor presidente da Câmara uma resposta simples do estilo «sim» ou «não», pergunto se esta alteração visa acudir ao interesse da Câmara Municipal da Praia da Vitória em extrair os respetivos dividendos, fruto do seu capital na TERAMB, enquanto o município de Angra não precisa de o fazer por ter outra estabilidade nas suas contas... Para que fique em ata, vou admitir que os acenos de cabeça do senhor presidente da Câmara são «sins»...

Sr. presidente da Câmara – São «sins».

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta que o negócio dos resíduos, quando bem gerido, é potencialmente lucrativo, prevê-se que a Câmara de Angra, não retirando os dividendos e sendo responsável pelos reinvestimentos, aumentará o seu capital e a participação na TERAMB de modo a que o «TER» se transforme cada vez mais em Angra e menos em Praia.

Sr. presidente da Câmara – Em relação a essa última questão, eventualmente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Já se percebeu que a estratégia é essa. Agora pergunto qual é a percentagem mínima de participação da Câmara Municipal da Praia da Vitória, caso pretenda, num cenário extremado e hipotético, continuar a retirar os seus dividendos e a Câmara de Angra decida reinvestir a sua percentagem, fazendo aquilo que tem por nome «aumento de capital».

Sr. presidente da Câmara – Não me cabe responder a essa questão, por não se tratar de uma decisão do município de Angra, e não faz sentido que estejamos aqui a discutir os assuntos de outros. No nosso caso, esta decisão é bem-vinda porque permite a ambos os municípios a aplicação de políticas distintas em função dos seus interesses. A questão seguinte não diz respeito a Angra, estamos felizes com a atual proporção e não temos nenhuma razão para querer modificá-la. Se outros o quiserem fazer, é uma decisão autónoma que não nos diz respeito.

Terminadas as intervenções e após votação, a quinta alteração aos estatutos da TERAMB, EM, constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.

1.9 - Balanço Social dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo relativo aos anos de 2017, 2018 e 2019. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Este é o balanço social dos vários anos dos Serviços Municipalizados que dá conta do número de funcionários que lá trabalhavam, informando também a respeito do número de elementos do género masculino e feminino nas diversas categorias profissionais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.9.

1.10 - Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo relativo ao ano 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Como sabem, fazemos todos os anos uma monitorização do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas nas várias unidades. Cada coordenador ou encarregado elabora um relatório das várias ações fiscalizadoras e do que foi adotado de acordo com esse plano com vista à redução dos riscos de corrupção.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.10.

1.11 - Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2019 da TERAMB, EM nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este relatório acaba por ser a razão pela qual discutíamos o outro ponto e prova que, de facto, a TERAMB teve um desempenho excepcionalmente bom em 2019, provavelmente irrepetível porque a situação económica e a produção de resíduos mudou. O relatório mostra que é possível uma exploração equilibrada e lucrativa daquela instalação mesmo sem os resíduos provenientes de S. Miguel.

Esperemos que seja possível manter a TERAMB no positivo em 2020. No nosso caso, não pretendemos utilizar os dividendos para benefício próprio, preferindo o seu investimento na própria empresa para lhe assegurarmos uma estabilidade financeira que evite futuros sobressaltos. Sem bem se lembram, já o tínhamos feito no ano 2018 quando foi preciso cobrir prejuízos da TERAMB. O município tinha acautelado essa situação, tudo foi feito a custo zero,

e é o que se pretende em anos futuros. Vamos reservar os eventuais dividendos que poderíamos daí tirar para prevenir quaisquer dificuldades futuras.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.11.

1.12 - Ofício n.º SAI-SDEA/2020/194 de 12-06-2020 da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, solicitando parecer prévio relativamente ao processo de candidatura apresentado pela empresa Xhale Azores Lda. relativamente a um projeto de requalificação de um imóvel que se encontra degradado e abandonado no Caminho Fundo, Vila de São Sebastião, com vista à transformação num empreendimento turístico denominado Wellness Eco Resort.

O investimento total previsto cifra-se em 2 069 368,05 €, (dois milhões, sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito euros e cinco cêntimos) sendo, por isso, enquadrado como projeto de investimento relevante nos termos do artigo 2.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A de 23 de junho, conjugado com o n.º 3 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A de 8 de janeiro.

É proposta a concessão dos seguintes benefícios fiscais nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A de 23 de junho:

- a) Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de dez anos aos prédios utilizados pelo promotor na atividade desenvolvida no âmbito do projeto.
- b) Isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) relativamente aos imóveis adquiridos pelo promotor destinados ao exercício da sua atividade no âmbito do projeto.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. d. m. Francisco Santos (presidente da J. F. de S. Sebastião) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Agradeço, em nome da vila de S. Sebastião, a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e aproveito para agradecer também ao senhor presidente da Câmara todo o apoio que tem dado na área do turismo, nomeadamente no melhoramento de um trilho pedestre na vila de S. Sebastião.

Sr. d. m. João Santos – Começo por me congratular com mais este investimento na ilha Terceira e continuo a manifestar alguma preocupação a respeito da rentabilização deste tipo de investimentos nesta fase que estamos a atravessar. Prevendo-se a recuperação de um imóvel, por que razão aparece referida no plural a isenção para, supostamente, vários imóveis?

Sr. presidente da Câmara – A redação costuma ser sempre assim; neste caso, o prédio é composto por duas parcelas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, apenas para esclarecer, trata-se daquele imóvel na descida para os Salgueiros com traça relativamente moderna que se encontra abandonado há bastante tempo?

Sr. presidente da Câmara – Exato.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Sei que, por vezes, estas coisas são difíceis de aferir por parte da Câmara mas houve outros investimentos com igual tratamento que acabaram por não se concretizar ou não demonstrar a solidez que todos esperaríamos. Sem querer dar exemplos para não correr o risco de ser injusto ou acusado do que quer que seja, como já me aconteceu numa

reunião da Assembleia Municipal, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos prestasse alguns esclarecimentos acerca do que se pretende fazer ali e como estão a decorrer outros investimentos idênticos que aqui aprovámos respeitantes a projetos de interesse regional.

Sr. presidente da Câmara – O que se pretende aqui é um *resort* específico voltado para o bem-estar, para o yoga e outras atividades conexas, um tipo de investimento num nicho diferente virado para um contacto mais direto com a natureza, uma forma diferente de hotelaria. Trata-se de um projeto extremamente interessante que permite a recuperação de um edifício que está ali a estragar a paisagem, por isso esperamos que se concretize. Não me lembro de nenhum caso em que tenhamos apoiado um investimento destes que não se tenha concretizado. Como o nosso benefício está dependente do investimento, podemos aprovar porque nada nos acontece se o projeto não se concretizar.

O ofício constante do Ponto 1.12 foi aprovado por unanimidade.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Sérgio de Sousa Ávila.

Sr. presidente da Mesa – O grupo parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Humberto Sérgio de Sousa Ávila, caritativo e dedicado munícipe da freguesia da Sé:

«Humberto Sérgio de Sousa Ávila nasceu a 14 de abril de 1927 e faleceu no passado dia 17 de junho de 2020 em Angra do Heroísmo.

Membro ativo da sua freguesia, foi uma pessoa de atividade relevante no processo de recuperação da cidade de Angra do Heroísmo após o sismo de 1 de janeiro de 1980 e desempenhou um papel fundamental na recuperação do Convento e Jardim de Infância de S. Gonçalo, nomeadamente através do Recolhimento de S. Gonçalo, associação da qual era membro.

No plano de cariz religioso e para além da sua pertença ao Recolhimento de S. Gonçalo, Humberto Ávila foi igualmente parte da Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé, na qual ingressou em 2010.

Foi um homem dedicado à ajuda do seu semelhante, tentando sempre estabelecer a ponte e mediar as decisões de política das carências dos mais necessitados. Quem o conheceu, recorda-o como uma pessoa de bastidores, tendo sempre como objetivo máximo da sua ação, a ajuda a quem mais necessitava.

No plano social, foi sócio e membro da Cozinha Económica, uma associação sem fins lucrativos fundada em 1897 e dedicada ao fornecimento de refeições a custos reduzidos a pessoas mais carenciadas.

Humberto Ávila foi igualmente membro da Sociedade Filarmónica e Instrução Recreio dos Artistas, tendo sido admitido a 10 de setembro de 1986 e homenageado como sócio ativo no dia 16 de junho de 2014. Foi agraciado pela Junta de Freguesia da Sé em 2017.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Quero aproveitar este momento para, em nome do grupo municipal do PSD, apresentar-lhe a si próprio as nossas sentidas condolências também pela perda que teve desde a última reunião desta Assembleia até agora.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Sérgio de Sousa Ávila constante do Ponto 2.1, foi aprovado por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Voto de Congratulação ao Rádio Clube de Angra pela produção e realização de uma programação especial evocativa das Festas Sanjoaninas entre os dias 19 e 27 de junho.

Sr. presidente da Mesa – O grupo municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

«Em 2020 as festas Sanjoaninas não se realizaram por via das contingências de saúde pública provocadas pela pandemia da Covid-19 e os angrenses em particular ficaram privados de um dos momentos mais altos de convivência social e de prosperidade económica.

É nos dez dias das festividades maiores do concelho de Angra do Heroísmo que se recebem amigos, emigrantes e turistas em número significativo, para além de todo o período preparativo das mesmas que envolve inúmeros negócios e confere uma dinâmica económica fundamental à prosperidade do nosso comércio local.

Sem festas, sentiu-se uma certa tristeza no ar e viu-se um semblante carregado nos angrenses que se viram obrigados a não festejar e que, responsabilmente, seguiram as recomendações emanadas por todas as entidades competentes.

No meio deste ambiente, onde os cheiros e os sabores das festas Sanjoaninas não se sentiram nas artérias da cidade património mundial, uma instituição septuagenária com sede no concelho, entendeu produzir e realizar uma programação especial que, à semelhança das décadas anteriores, dedicasse espaço às tradições e momentos que, habitualmente, as festividades nos oferecem.

O Rádio Clube de Angra saiu dos seus estúdios e veio ainda mais para o coração de Angra do Heroísmo. Montou equipamentos, destacou equipas de serviço, convidou dezenas de personalidades ligadas à história das Sanjoaninas e das instituições e coletividades que, por norma, se associam à organização festiva para preencher espaços do programa das Sanjoaninas, falando e ouvindo, desde o executivo municipal enquanto entidade promotora das maiores festas dos Açores até à autoridade regional de saúde, nunca esquecendo os extraordinários artistas angrenses e terceirenses, dos artesãos aos músicos, antigas rainhas das festas, antigos presidentes das comissões organizadoras, membros responsáveis pela organização das marchas populares, filarmónicas, grupos de folclore, clubes e associações desportivas entre muitos outros.

Com a iniciativa promovida pela Voz da Terceira, os órgãos sociais do Rádio Clube de Angra deram cumprimento à missão da rádio privada mais antiga dos Açores, devolvendo em muito o importante papel social e cultural a todos quantos, aqui ou além-fronteiras açorianas, escutaram o que designaram por “Emissões especiais Sanjoaninas 2020”.

Há mais de 73 anos que o Rádio Clube de Angra é uma instituição de referência da nossa terra. Escola de bons profissionais de comunicação e jornalismo, cada vez mais nos últimos anos tem vindo a assumir um papel fundamental de promoção das nossas mais intrínsecas tradições e manifestações culturais, divulgando o que os nossos artistas levam a cabo nas diversas frentes que também as festas Sanjoaninas ajudam a promover: a música, a etnografia, a tauromaquia, o desporto, as marchas populares, os desfiles, a gastronomia, a nossa diáspora e o turismo.

Estabelecendo uma parceria institucional com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que deve ser realçada pela valorização da nossa cultura e beneficiando do apoio comercial de

várias empresas da ilha, o Rádio Clube de Angra realizou entre 19 e 27 de junho, em direto e ao vivo do Largo Prior do Crato, mais de 33 horas de emissões especiais sobre as maiores festas dos Açores, tendo conseguido colocar um brilho nos olhos dos angrenses que sentiram a falta das festas. É que, ouvir as emissões especiais que se realizaram, foi quase como sentir que as festas estivessem mesmo a acontecer.

Assim, o grupo municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo apresenta este Voto de Congratulação.»

«A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo congratula o Rádio Clube de Angra, instituição de utilidade pública sem fins lucrativos com sede na avenida Tenente Coronel José Agostinho, pela produção e realização entre 19 e 27 de junho de 2020, (período em que, em circunstâncias normais, estariam a decorrer as festas Sanjoaninas), de uma programação especial totalmente evocativa das maiores festas dos Açores, recordando festas passadas e perspetivando edições futuras, fazendo ainda apelos de contenção e lembrando os cuidados a ter por parte da população por via das medidas de segurança ainda ativas devido à pandemia provocada pela Covid-19. Esta foi uma iniciativa que se vestiu de sucesso também pela valorização, promoção e divulgação dos artistas locais e das nossas mais intrínsecas manifestações culturais e tradicionais.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais e colaboradores do Rádio Clube de Angra, a Voz da Terceira.»

Sra. d. m. Isabel Barbereia – Felicitamos a iniciativa e tudo o que ela representa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Começo por saudar e felicitar o Rádio Clube de Angra pela sua iniciativa e dar os parabéns ao grupo municipal do CDS-PP por ter trazido este Voto de Congratulação à Assembleia Municipal que é oportuno e inteiramente merecido.

Todas as palavras são poucas para elogiar aquilo que tem sido o trabalho do Rádio Clube de Angra ao serviço desta terra e por ser a Voz da Terceira em todas as alturas em que ela faz falta. É uma rádio que nos acompanha e ajuda em todos os momentos, desde os mais difíceis aos mais festivos. Pelo que aconteceu nestas Sanjoaninas e pelas razões especiais em que as mesmas não decorreram, o RCA foi mais uma ajuda, uma presença. Sentimos o calor desta instituição que, ela sim, presta um verdadeiro e insubstituível serviço público que a todos nós preenche e alegra. Muito obrigado e parabéns ao CDS-PP pela iniciativa.

Sra. d. m. Brites Cunha – Como é sabido, o grupo municipal do CDS-PP não tem por hábito apresentar votos de congratulação amiúde mas, para circunstâncias excecionais, há votos excecionais e achamos que este é deveras merecido. Agradeço as palavras dos membros das outras bancadas porque o Rádio Clube de Angra merece este nosso reconhecimento por tudo o que tem feito pela ilha Terceira. Muito nos orgulha esta instituição sediada aqui tão perto de nós que presta um verdadeiro serviço público. Muito obrigada.

Não se verificaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Congratulação ao Rádio Clube de Angra constante do Ponto 3.1, foi aprovado por unanimidade.

Sra. d. m. Isabel Barbereia – Não sei se é oportuno e se me é permitido, mas gostaria de identificar dois pontos que não constam da Ordem de Trabalhos relacionados com congratulação e pesar e sei que o senhor presidente da Junta de Freguesia do Raminho me acompanhará nestas duas mensagens.

O Raminho hoje está de luto porque faleceu o senhor Manuel Caneta. Sendo, provavelmente, uma pessoa anónima para muitos, o senhor Manuel deixará garantidamente muita saudade para a comunidade e para a freguesia do Raminho.

O senhor Manuel Caneta nasceu na grande época de 1940 e faz parte de uma geração de homens exemplares no exercício da cidadania e da participação na sua comunidade. É lamentável que esta geração se vá perdendo, mas é assim o ciclo da vida, e nas freguesias rurais mais envelhecidas a norte da ilha como o Raminho, cada perda tem um significado e dimensão profundíssimos. O senhor Manuel fará muita falta ao nível da dinâmica porque animava toda a cultura popular com o seu bandolim, dançava com a população e era um agitador social, sobretudo junto dos mais jovens. O nosso pesar pela sua perda e um obrigado pela vida e pelo exemplo que deixou de participação simples na sua comunidade que muito nos engrandece.

Apresento aqui também uma mensagem de congratulação pela iniciativa que a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo organizou e dinamizará a partir do dia 10 de julho, que é uma homenagem ao escritor e poeta Álamo de Oliveira. É uma iniciativa de importante relevo incluída num conjunto de eventos *online* que, infelizmente, não poderão ser melhor participados pela população.

Penso que, ao longo deste ano, várias entidades darão destaque a estas comemorações pelos 75 anos de Álamo de Oliveira. Estas homenagens e mensagens de clareza e agradecimento fazem muito sentido porque são feitas em vida e tem sido enorme o contributo que o Álamo tem dado à cultura da nossa cidade, da ilha, do arquipélago e até do país. Tenho a certeza que ele está muito feliz por este reconhecimento e sei que a Câmara Municipal já o condecorou. Faço aqui o apelo para que deixemos muitos «likes», participemos mesmo *online* nos eventos que a Biblioteca Pública está a organizar e visitemos a exposição que lá consta.

Além de um homem da poesia e da escrita, o Álamo de Oliveira é um animador, uma pessoa absolutamente altruísta e um homem de comunidade da sua freguesia. É ele que faz ininterruptamente a decoração da igreja todos os domingos, anima o grupo coral e desenha os bordados para muitas toalhas e enxovais das raparigas da zona. O Álamo é um grande homem, por isso é muito importante que esta Assembleia e os munícipes do nosso concelho participem neste evento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em primeiro lugar, quero prestar também a minha homenagem e o pesar pelo falecimento do senhor Manuel Caneta, também distinto militante do PSD, por isso, justiça lhe seja feita.

Sem desmerecer ou sequer beliscar as preocupações e os assuntos aqui trazidos pela senhora deputada municipal Isabel Berbereia, lembro que tivemos um Período de Antes da Ordem do Dia, temos uma agenda e realizamos uma conferência de líderes antes de cada sessão da Assembleia. O apelo que faço relativamente à Mesa é que os assuntos sejam tratados na altura devida e não, depois de encerrada a agenda de trabalhos. De nada serve termos uma agenda programada e reunirmos em conferência de líderes, se continuarem a surgir outros assuntos no fim dos trabalhos, por muito dignos e oportunos que sejam, como é o caso.

Não posso deixar de fazer este reparo e, como é óbvio, o PSD apresentará também por escrito um voto de pesar para ser lido e aprovado na próxima reunião da Assembleia Municipal relativo ao falecimento do senhor Manuel Caneta, como o fará em relação a todos os munícipes do concelho de Angra do Heroísmo sempre que a sua vida, o seu mérito, o seu trabalho e contributo a causas e pessoas, assim o justifiquem. Não podemos esquecer que temos uma agenda e um regimento a cumprir, sob pena de desregarmos os nossos trabalhos.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Peço desculpa, compreendo e respeito, mas foi apenas pela pertinência e pelo eventual enquadramento nesta altura dos votos de pesar.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa entende não se tratar de um voto formal, apenas uma referência a um acontecimento decorrido esta semana, mais precisamente ontem. O senhor Manuel Caneta era, de facto, um homem admirável e bem-disposto e uma pessoa com quem se gostava de estar. O Álamo de Oliveira é uma figura especial da nossa terra.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Os senhores membros da Assembleia Municipal cantaram os parabéns à senhora deputada Maria Cecília Costa pelo seu aniversário.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h00m do dia 29 de junho de 2020, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos